

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2007/2008



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, E NÃO CONSTITUINDO, ASSIM, DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.

TERRORISMO TRANSNACIONAL. CONHECER O INIMIGO.

Guerreiro de Oliveira

CTEN



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TERRORISMO TRANSNACIONAL. CONHECER O INIMIGO.

Guerreiro de Oliveira

CTEN

Trabalho de investigação individual do CEMC 2007/08

LISBOA, 2008



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

TERRORISMO TRANSNACIONAL. CONHECER O INIMIGO.

Guerreiro de Oliveira

CTEN

Trabalho de investigação individual do CEMC 2007/08

Orientador:

MAJ TOCART Neves Pinheiro

LISBOA, 2008

AGRADECIMENTOS

À minha Família, bem-haja.

ÍNDICE

FOLHA DE ROSTO	I
AGRADECIMENTOS	II
INDICE	III
RESUMO	IV
RESUMO INGLÊS – ABSTRACT	V
LISTA DE ABREVIATURAS	VI
PALAVRAS-CHAVE	VII
1. INTRODUÇÃO	1
2. O TERRORISMO	3
a. Enquadramento conceptual do estudo	3
b. Evolução do terrorismo	4
c. Objectivos	6
d. Tipologia das estruturas e funcionamento	7
e. Formas de financiamento	8
3. O ISLAMISMO, A RELAÇÃO COM O TERRORISMO	11
a. Do islamismo à <i>Jihad</i>	11
b. Califado, o grande sonho	16
c. A <i>Al-Qaeda</i> , conhecer o inimigo, abordagem estatística	18
4. O MUNDO GLOBALIZADO E O TERRORISMO TRANSNACIONAL	22
a. A <i>Al-Qaeda</i> , subproduto da globalização	22
b. A segurança dos “Estados globalizados”	25
c. Combater o inimigo	29
5. CONCLUSÕES	39
BIBLIOGRAFIA	45
ANEXO A – AL-QAEDA, DADOS ESTATÍSTICOS	
APÊNDICE A - QUADRO CONCEPTUAL	

RESUMO

O terrorismo transnacional, também reconhecido internacionalmente como “superterrorismo ou hiperterrorismo”, é uma realidade actual que constitui, por si só, motivo de grande preocupação para a segurança de qualquer Estado.

Podemos questionar-nos: será que o terrorismo está mais enraizado no mundo de hoje? No passado não havia este tipo de terrorismo de cariz religioso/ideológico? O que aconteceu?

De facto, conseguimos encontrar no passado organizações que utilizaram técnicas e tácticas operacionais mais ou menos semelhantes, mas nunca com a intensidade e projecção que este terrorismo induz.

Mas, será que, actualmente, se começa a conhecer este fenómeno, as suas formas de actuar, os seus apoios e os seus objectivos?

Neste trabalho estudaremos o terrorismo transnacional de matriz islâmica, iremos também dar resposta a estas questões aqui levantadas, traçaremos a ligação entre o islamismo radical, que preconiza a *Jihad* contra o Ocidente e os países muçulmanos heréticos e o terrorismo transnacional.

A *Al-Qaeda*, como é que surge? Será um subproduto da globalização? E quais os novos desafios de segurança para os “Estados globalizados?”.

Conhecer o terrorismo transnacional implica necessariamente promover um combate eficaz. Iremos traçar algumas considerações relativas ao combate a este género de terrorismo.

ABSTRACT

International terrorism, also recognized as “super-terrorism” or “hyper-terrorism”, is a reality which represents an issue of great concern regarding state security.

Can we question ourselves if terrorism is more effective nowadays? Did this kind of religious/ideological kind of terrorism exist?

In the past there were similar organisations that used the same techniques and operational tactics. However, they did so without the same kind of intensity or projection as modern terrorism.

In the present, are we beginning to understand this phenomenon, the methods, the support and/or his goals?

In this work we intend to study Islamic international terrorism, we will seek to answer the questions that were stated and trace the connections between the radical Islamic wishes of a *Jihad* against the West and other muslim countries, and international terrorism.

Al-Qaeda, its origins and how it come into being? Is it a sub-product of globalization? What are the main security challenges for the “globalization States”?

Understanding international terrorism necessarily means to fight it. We will trace same operational lines in order to conduct a fight against international terrorism.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADM	Armas de Destruição Massiva
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
EUA	Estados Unidos da América
UE	União Europeia
ETA	Euskadi Ta Askatasuna.
FBI	Federal Bureau of Investigation
FS	Forças de Segurança
FRONTEX	Agência Europeia de Fronteiras
IRA	Exército de Libertação Irlandês
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBRQ	Nuclear, Biológico, Radiológico e Químico
NSC	National Security Council
OLP	Organização para Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
VIS	Sistema de Informação sobre Vistos
SIS II	Sistema de Informação de Schengen, segunda geração

PALAVRAS-CHAVE

Al-Qaeda

Ameaça

Crime organizado transnacional

Estado

Estados globalizados

Jihad

Segurança

Terrorismo

Terrorismo transnacional

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas assistimos a grandes mudanças no sistema político internacional. Surgiram fenómenos que passámos a compreender e a aceitar como parte do progresso da humanidade, como a globalização, a “democratização dos Estados”¹ e, paralelamente, também surgiu o terrorismo transnacional. Este novo conceito é reconhecido internacionalmente como “superterrorismo ou hiperterrorismo”, sendo uma realidade actual que constitui, por si só, motivo de grande preocupação para a segurança de qualquer Estado.

Podemos questionar-nos: será que o terrorismo está mais enraizado no mundo de hoje? Ou, será que no passado não havia este tipo de terrorismo de cariz religioso/ideológico? O que aconteceu?

Para responder é necessário traçar com maior rigor o conceito de terrorismo, perceber e estudar a sua evolução, inserindo-o no contexto actual do mundo globalizado, para entendê-lo, e, assim, proceder à identificação das melhores estratégias para um combate eficaz.

O objectivo desta investigação consiste, deste modo, em caracterizar o terrorismo transnacional, as suas formas de actuação, estrutura, modelos de financiamento, as suas ligações com o crime organizado e com a proliferação de armas de destruição massiva, para que possamos sugerir formas ou modos de actuação capazes de promover um combate global eficiente.

De referir que a importância deste tema prende-se com a contemporaneidade que o terrorismo adquiriu no sistema internacional, tendo passado a ser considerado uma ameaça à segurança dos Estados. Paralelamente, ao estudar e conhecer o inimigo por detrás do Terrorismo Transnacional, podemos traçar modalidades de acção que sejam conducentes ao objectivo delineado anteriormente.

Embora se proceda à conceptualização do terrorismo transnacional, achou-se pertinente, face à complexidade do tema, delimitar o nosso estudo ao terrorismo transnacional de origem religiosa/ideológica, onde o fundamentalismo islâmico é personificado pela *AL-Qaeda* que, cada vez mais, se afirma no mundo como o “bastião” da *Jihad*.

Assim, o principal propósito deste estudo é conhecer o inimigo que protagoniza o fenómeno do terrorismo transnacional, não constituindo, por isso, meta principal detalhar

¹ Na publicação “*Combating Terrorism*” do NSC dos EUA, uma das formas apontadas para combater o terrorismo é “fazendo chegar” a democracia aos Estados. No 4º capítulo, Iremos estudar esta estratégia (2006: 10).

minuciosamente as modalidades de acção traçadas para o combate ao terrorismo transnacional de origem religiosa.

Todavia, a maior dificuldade sentida prendeu-se com a recolha da informação, pois existe uma “teia” multifacetada de fontes, o que tornou a procura qualitativa mais delicada, dificultando, deste modo, a clareza cognitiva necessária à persecução do objectivo do estudo.

De forma a estruturar melhor a exposição do nosso tema, é necessário criar uma questão central. Para tal, aplicámos o método científico adoptado nas ciências sociais pelos autores R. Quivy e L. Capendhoudt, como o “balizador” metodológico do nosso estudo.

Assim, **de que modo podemos, no contexto do terrorismo transnacional, conhecer o inimigo?**

As questões derivadas da anterior são as seguintes:

1. De que forma o mundo globalizado influencia o terrorismo transnacional?
2. Qual a ligação do terrorismo transnacional com o fanatismo religioso?
3. Como se deverá proceder ao combate do terrorismo transnacional de origem religiosa, sabendo que está associado a outras ameaças à segurança dos Estados, como é o caso do crime organizado e da proliferação das armas de destruição massiva?

Face às questões levantadas, admitimos como hipóteses para o nosso estudo as seguintes:

- a. O terrorismo transnacional é uma evolução do terrorismo tradicional/nacionalista fruto da adaptação ao mundo actual (esta hipótese advém da primeira pergunta derivada);
- b. A actual “Jihad” adoptou o terrorismo transnacional como a nova forma de luta (esta hipótese vem da pergunta derivada N.º 2);
- c. O terrorismo transnacional não se consegue combater apenas por acções directas, como o recurso a acções militares ou a partilha de informações entre Estados, mas em parceria com acções indirectas que visem atingir a “esfera ideológica” das populações que lhes dão apoio (esta hipótese tenta dar resposta à pergunta derivada N.º 3).

Utilizando o método científico adoptado, pretendeu-se seguir um percurso metodológico baseado numa intensa pesquisa bibliográfica e documental, respectivamente na área da estratégia, relações internacionais e da segurança dos Estados. Conjuntamente, proceder-se-á à interpretação de dados estatísticos do Memorial Institute for the Prevention of

Terrorism (MITP) Terrorism Knowledge Base², que, pela qualidade e credibilidade da informação veiculada, muito contribuirão para a concretização deste estudo.

Posteriormente, far-se-á a correlação e análise da informação obtida, de forma a efectuar a validação das hipóteses enunciadas e, assim, responder à questão inicial do nosso estudo.

De referir, ainda, que a organização do nosso estudo incluiu uma revisão da literatura e documentação, de forma a conseguir o enquadramento conceptual do trabalho.

Após uma introdução ao tema, o segundo capítulo será composto pela caracterização do terrorismo transnacional e a sua relação directa com o fanatismo islâmico.

No terceiro capítulo, analisaremos o terrorismo transnacional islâmico, as suas ligações à *Jihad*, e procederemos à caracterização da *AL-Qaeda*.

O quarto capítulo será dedicado à relação das implicações que este tipo de terrorismo induz na segurança dos Estados, bem como às possíveis formas de combatê-lo. No último capítulo, iremos extrair as nossas conclusões.

2. O TERRORISMO

a. Enquadramento conceptual do estudo

Neste subcapítulo do nosso estudo optámos por enunciar o quadro conceptual que estará subjacente a todo o trabalho de investigação, deixando para o Apêndice A, a sua caracterização pormenorizada.

Assim no Apêndice A, foram abordados os conceitos: de Ameaça, “Ameaças Transnacionais”, Crime Organizado Transnacional e Terrorismo Transnacional, bem como, articulámos o que entendemos por Estratégia, da Estratégia Directa e Estratégia Indirecta e relacionámo-las com as modalidades de acção estratégicas usados pelo terrorismo.

Os conceitos de Estado, “Estados Párias” e Estados Falhados também mereceram reflexão. A globalização foi, inevitavelmente focada neste trabalho, assim como outros conceitos que respeitam à Segurança dos Estados e à Seguridade das pessoas.

Fizemos uma análise à palavra Terror, tipificámos o Terrorismo nas suas diversas vertentes, como terrorismo interno/nacional/doméstico, e, quanto à ideologia do

² MITP *Terrorism Knowledge Base* – É uma base de dados de pesquisa e análise do terrorismo, possui mais de 35 anos de informação relacionada com os ataques, locais e tácticas utilizadas. A MITP é uma organização sem fins lucrativos dedicada à prevenção do terrorismo nos EUA, que foi fundada após o ataque bombista ao edifício do FBI na cidade de Oklahoma em Abril de 1995.

terrorismo, usámos a classificação de Grupos Terroristas de Ideologia não Religiosa e Grupos Terroristas com Ideologia Religiosa.

Por fim, adoptámos a definição de Terrorismo da NATO, patente no MC472, que nos pareceu bastante completa e, que se enuncia:

“Terrorismo é a utilização ilegal de força ou de violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos”.

b. Evolução do terrorismo

De acordo com Pedro Gomes Barbosa, os primeiros actos terroristas surgem-nos vindos da região que é hoje designada por Palestina³ quando, no ano de 66 d.C., os *Zelotas/Sicários*⁴, através da liderança do *Rabi Akiva*, iniciaram um movimento de resistência contra a tutela romana. Ainda que a motivação seja independentista, são as técnicas que utilizavam que faz dos *Zelotas* um dos primeiros movimentos terroristas da história. O assassinato de elementos da administração romana ou das forças de ocupação seria a sua técnica favorita, praticando, no entanto, o rapto de comerciantes ricos para posterior cobrança de resgates e a extorsão de comerciantes menos abastados como forma de financiamento das suas actividades.

Cerca de dez séculos mais tarde, ligeiramente antes da Primeira Cruzada, nasceu, no que é hoje o Irão, uma outra seita, desta vez Xiita ismaelita. Os Assassinos eram liderados por *Hassan Ibn al-Sabbah*, conhecido como «o velho da montanha». Era de *Al Alamut*⁵ *Hassan Ibn al-Sabbah* enviava os seus *fedayin*⁶ para cumprir a sua missão. O que torna esta seita particularmente interessante é o facto destes operacionais serem suicidas⁷, levando a cabo assassinatos políticos, e os seus alvos serem muçulmanos sunitas (por forma a minar os Estados árabes e, assim, fragmentarem o mundo Islâmico) (2006: 15-21).

Na Revolução Francesa, surge o termo terrorismo. Robespierre entendia que o terrorismo servia como ferramenta necessária para implementar a democracia. Era considerado um terrorismo de Estado, um exercício de violência do Governo contra o povo e foi uma ferramenta utilizada para a implementação do regime republicano,

³ Judeia e Galileia, na altura.

⁴ Sicários – utilizavam uma adaga *Sicca* com a qual assassinavam o seu alvo.

⁵ Fortaleza inexpugnável designada por “o ninho da águia”.

⁶ Plural de *fidai* (o operacional – assassino).

⁷ Procuravam matar o seu alvo em público, ainda que soubessem que iriam morrer às mãos da sua guarda.

supostamente democrático. Este tipo de repressão da população também inspirou os apoiantes da monarquia, tendo estes assimilado as táticas terroristas como o assassinato e a intimidação pelo terror.

Na Rússia, no final do século XIX, surgiu um movimento *Narodnaya Volya* (vontade do povo), que usava o terrorismo como uma necessidade para apelar às consciências e obter respostas políticas com a morte das suas vítimas. Este movimento caracteriza a primeira fase do terrorismo e pode ser traduzido como actos de insatisfação política contra as reformas económicas e políticas.

A segunda fase, que medeia entre os anos 1920 até 1960, nasceu essencialmente no seio das colónias dos Impérios coloniais Europeus e a sua principal motivação era a autodeterminação Nacional, tendo sido criados novos Estados. Como exemplo, podemos citar o Chipre, Argélia, Iémen e a própria Irlanda. Muitos destes grupos utilizavam a expressão “*freedom fighters*”, e os seus alvos eram figuras políticas, forças policiais e militares. São comumente designados de movimentos de libertação e utilizavam sobretudo estratégias de acção subversiva como forma de combater os poderes coloniais vigentes (Terrorism Research, Terrorism History).

A terceira fase define-se pelas ondas de terror impostas pelos “Vietcongues” contra os EUA, fonte de inspiração de outros movimentos que assolaram um pouco por toda a Europa Ocidental, de matriz marxista-leninista, e que causaram as suas “mazelas”. A Itália, a Alemanha, Portugal e a França foram, entre outros, alvos desse terrorismo, do qual *Carlos Illich Sánchez*, “O Chacal”, foi o expoente máximo.

A associação do espírito revolucionário a causas separatistas originou o aparecimento de grupos como a ETA⁸, o IRA⁹ ou a OLP¹⁰, em que a escolha dos alvos provocou a internacionalização do fenómeno terrorista. É nesta fase que surgem as primeiras cooperações internacionais entre grupos terroristas nos ataques no estrangeiro, sendo disso exemplo o Massacre nos Jogos olímpicos de Munique, em 1972.

A quarta fase é catalisada por dois acontecimentos: o primeiro é a Revolução Islâmica no Irão, em 1979; e o segundo corresponde à derrota dos soviéticos no Afeganistão, em 1989.

⁸ *Euskadi Ta Askatasuna*.

⁹ Exército de Libertação Irlandês.

¹⁰ Organização para Libertação da Palestina.

A religião torna-se o novo vector caracterizador e fonte superior de esperança em comparação ao espírito revolucionário, estando na base do surgimento de grupos separatistas de base religiosa (Islâmicos), sobretudo depois do desaparecimento do bloco Soviético.

Os xiitas de todo o mundo muçulmano, após a tomada do poder no Irão, reataram laços e, um pouco por todo o Médio Oriente, surgem grupos terroristas. No Líbano, são utilizados, pela primeira vez, bombistas suicidas nos ataques às forças Americanas.

Também no Japão surge um grupo terrorista de base religiosa, Aum Shinirikyo, que fez um atentado no metro de Tóquio recorrendo a um gás neurotóxico.

Sunitas de todo mundo combateram no Afeganistão contra os Soviéticos e, mais tarde, voltaram para os seus países, criaram novos grupos terroristas e iniciaram a luta contra os valores do Ocidente. Surgem, assim, movimentos terroristas islâmicos um pouco por todo o mundo muçulmano, das Filipinas até Marrocos.

Outra característica desta nova fase corresponde aos efeitos nos alvos escolhidos, que têm, normalmente, um cariz mais destruidor. Das organizações que compõem esta fase, a *Al-Qaeda* é a mais eficaz: consegue treinar indivíduos de todo o mundo Sunita em diversos campos, convertendo-os aos seus objectivos. O terrorismo passou a ter um carácter transnacional, porque o seu campo de actuação, nas diversas componentes que o integram (logístico, económico, operacional, político), não tem limitações estaduais, recorrendo muitas vezes à cumplicidade associativa de outros grupos (Madeira, 2005:138-142).

c. Objectivos

No terrorismo transnacional islâmico, há que distinguir dois campos distintos: o de cariz individual e o de carácter organizacional.

No que respeita aos indivíduos que pertencem às organizações terroristas de matriz islâmica, podemos chamar a atenção para o suicida que se imola por uma causa de fé, normalmente associado ao fanatismo religioso, tentando que o seu acto produza o máximo de baixas possíveis. Estes indivíduos podem ser recrutados dos mais variados estratos do tecido social, pelo que os candidatos a terroristas tanto podem ser pessoas de baixa escolaridade, como indivíduos com formação académica, pertencentes ou não a países muçulmanos (Ribeiro, 2005: 127).

Quais as razões que explicam a facilidade de recrutamento de suicidas no mundo islâmico?

Do ponto de vista do indivíduo que pratica o acto terrorista, o motivo é claramente a fé e não a publicidade, embora esteja subjacente a necessidade de causar o maior número de mortes. Do ponto de vista organizacional, existe comunhão de dois factores: a questão ideológica relacionada com as motivações de crença, e a necessidade da publicitação do acto, essencial precisamente para provocar terror e para que os seus “pares” espalhados pelo mundo possam continuar na prossecução da luta, continuando a ter apoio ou simples simpatizantes, podendo, assim, desenvolver os processos de recrutamento.

Segundo Bruce Hoffman, o terrorismo, actualmente¹¹, está a surgir “como um fenómeno altamente dinâmico, algo semelhante a um arquetípico tubarão na água: tal como o tubarão necessita de se movimentar constantemente para sobreviver, também os grupos terroristas, por definição, têm de atacar constantemente. É esta a maneira que têm de se catapultarem de novo para os cabeçalhos das notícias. Voltam a colocar-se em posição de destaque e recolhem a atenção e a publicidade, que depois tentam usar e aproveitar como forma de coerção e intimidação” (Greenberg, 2007: 36).

d. Tipologia das estruturas e funcionamento

No “site” Terrorism-Research.com (2007), categoriza-se a estrutura organizacional dos grupos terroristas em dois tipos: as estruturas hierárquicas e as estruturas em rede. Os primeiros – hierárquicos –, caracterizam-se por uma cadeia de comando bem definida entre os vários níveis, garantindo um maior controlo da acção das células¹².

Este controlo garante uma maior coordenação entre a violência desejada na acção e os objectivos políticos do grupo, sendo exemplo deste tipo de estrutura hierárquica os grupos de motivação não religiosa que, nos anos 70 e 80 do séc. XX, grassavam pela Europa Ocidental.

Os grupos de estrutura em rede, por outro lado, necessitam de menor coordenação na persecução dos seus objectivos, promovendo-se, neste tipo de organização, a descentralização de comando e controlo, dando uma garantia superior de flexibilidade

¹¹ Referindo-se à *Al Qaeda*.

¹² A célula, enquanto unidade base da organização, é definida como o grupo mínimo de indivíduos capaz de desenvolver uma acção concreta. Uma das principais razões para a subdivisão em células prende-se com a segurança – já que dificulta ao adversário a penetração na organização, assim como dificulta aos elementos capturados a percepção da real organização do grupo.

e segurança, já que permite uma maior adequação à situação que se vive de acordo com as necessidades do grupo. São exemplo deste tipo de organização os grupos motivados religiosamente que transformam o terrorismo numa “entidade biológica: um protoplasma flexível, amorfo, móvel, nómada, transnacional (globalizado, mesmo) e desterritorializado, dinâmico e imprevisível.” (Bauer e Raufer, 2003: 106).

O que vemos hoje em dia é um fenómeno mais difuso, com relações menos centralizadas e mais opacas, assim como um comando e uma estrutura de controlo muito menos transparentes.

Existem organizações que são hierarquizadas mas que a sua forma de operação é em rede, tornando-se flexíveis e adaptáveis (Greenberg, 2007: 37).

A *Al-Qaeda* é um exemplo de uma organização terrorista transnacional de matriz islâmica, que funciona em rede, fazendo alianças mundiais com grupos terroristas locais, possuindo, assim, um “carácter tentacular”, juntando os grupos que pretendem a derrota do inimigo Ocidental. Esta situação conduz à existência de muitas *Al-Qaedas* e não apenas de uma, “tornando-se uma entidade mais difícil de derrotar hoje em dia do que aquando do 11 de Setembro” (Greenberg, 2007: 37).

Bruce Hoffman¹³ afirma que, apesar de estarmos a falar de um inimigo transformista, que já não é um pseudo-exército e uma entidade burocrática, como era no Afeganistão, para um movimento transnacional, o “*Modus operandi* dos jihadistas permanece basicamente o mesmo. Tal como foi demonstrado nos planos abortados contra os centros financeiros em Nova Iorque, Newark, New Jersey e Washington D.C e, mais importante, nos planos descobertos no Reino Unido de ataque a infra-estruturas, transportes públicos e alvos financeiros, a *Al-Qaeda* e a *Jihad* radical não perderam nenhuma das grandiosas ambições nem as suas intenções homicidas”. A *Al-Qaeda* procura actuar em mais do que uma operação ao mesmo tempo, parecendo ser um dos objectivos desta organização¹⁴, concentrando-se em alvos económicos, através de planeamento cuidado, vigilante e minucioso, por forma a obter efeitos colossais (Greenberg, 2007: 38).

e. Formas de financiamento

Nestas organizações, os modelos de financiamento são múltiplos e ultrapassam as barreiras de controlo impostas pelos diferentes Estados, pois estamos a tratar de

¹³ Director da Rand Corporation.

¹⁴ Os atentados em Mombaça, Istambul e Madrid foram num espaço de tempo muito próximo e parece reforçar essa tese.

organizações transnacionais, onde temos que fazer um exercício de entendimento transversal às fronteiras estatais.

É nesta “nebulosa” que os grupos terroristas transnacionais actuam de forma isolada, através de contribuições à *Jihad* ou através de modalidades de financiamento em tudo semelhantes ao crime organizado transnacional nas mais diversas áreas: tráfico de droga e tráfico de armas. Exemplo disso era a contribuição que os Talibãs davam à *Al-Qaeda*, cuja proveniência tinha origem no tráfico de droga.

Existem países que são autênticos paraísos fiscais e que são utilizados por estas organizações, como é caso das ilhas Cayman. Estas Ilhas são famosas pela lavagem de dinheiros internacionais, sendo hoje conhecido que mais de 550 bancos operam localmente, que os bens capitais transaccionados ultrapassam os 400 biliões de dólares e que parte serão provenientes de actividades criminosas (Madeira, 2005: 161-162).

As principais fontes de financiamento vão desde personalidades individuais, com substanciais fortunas pessoais¹⁵, a Estados¹⁶ ou às diásporas e organizações religiosas. “Os financiamentos são motivados, essencialmente, por questões geopolíticas, e não tanto por afinidades étnicas, ideológicas ou religiosas. Em contraste, as diásporas apoiam, sobretudo, por motivos étnicos...” (Garcia, 2007). Os apoios ao terrorismo transnacional vão desde o campo político, nos fora internacionais, ao encorajamento à subversão do Poder desse Estado “opressor”, ao financiamento, à cedência de materiais tangíveis, fornecimento de informações privilegiadas, apoio militar directo e treino militar (Garcia, 2007).

Num relatório do Conselho de Segurança da ONU (19 Dezembro de 2002) sobre o financiamento saudita ao terrorismo, está incluída uma lista de sete individualidades sauditas dos sectores dos negócios e da banca e várias instituições de caridade que apoiaram financeiramente a AL-Qaeda nos últimos dez anos num valor próximo dos 500 milhões de dólares (Bauer, Raufer, 2003: 134).

Segundo o ICT¹⁷, o sistema económico de financiamento é complexo, porque existe envolvimento de Estados Árabes e Islâmicos a actividades Islâmicas, não só ao nível social e cultural, mas ao nível político, do terrorismo. Países como o Irão, Arábia Saudita, Kuwait, Sudão e Paquistão dão, directamente ou através de fundações oficiais

¹⁵ Osama Bin Laden financiou, durante muitos anos, a *Jihad* no Afeganistão na luta contra os soviéticos.

¹⁶ Os EUA apoiaram a *jihad* no Afeganistão na luta contra os soviéticos.

¹⁷ International Policy Institute for Counter-Terrorism, é uma organização sem fins lucrativos Israelita que se dedica ao estudo do Terrorismo e as formas de o combater.

ou não oficiais ou ainda por empresas, elevadas quantias de dinheiro para esses movimentos Islâmicos (fundações, associações, instituições de caridade, projectos e institutos espalhados pelo mundo), e alguns servem de fachada para grupos terroristas.

Em países como o Afeganistão, Paquistão e o Líbano, o cultivo de plantas que produzem substâncias narcóticas e o tráfico de droga são actividades legítimas, porque se trata de comércio e não de consumo pessoal ou distribuição/tráfico no seio das sociedades islamitas. Os grupos terroristas Islâmicos não procedem a actividades criminosas, como alguns grupos terroristas não-Islâmicos, como o recurso aos assaltos a bancos, roubo, extorsão e o rapto para resgate. Embora nos últimos 30 anos tenham acontecido desvios de aviões, navios e raptos de militares ou turistas, essas actividades estavam associadas à tentativa de forçar a libertação de prisioneiros Islâmicos e não para fins de financiamento da actividade. Contudo, existem alguns registos contraditórios que indiciam que pequenos grupos terroristas tinham regras que permitiam o roubo para o seu financiamento, desde que não fossem alvos Muçulmanos. Exemplo disso: a Jihad islâmica Egípcia, no seguimento das investigações do assassinato do Presidente Egípcio Anwar al-Sadat, em Outubro de 1981, admitiu ter roubado ourivesarias cristãs no Cairo. Registo também contrário apresenta o grupo Abu Sayyafdas, das Filipinas, que faz do rapto de turistas ocidentais, missionários cristãos e homens de negócio locais a sua fonte de financiamento. Este grupo dissidente da Frente de Libertação Nacional Moro (MNLF) é considerado uma excepção ao terrorismo de matriz Islâmica e existem dúvidas se o grupo actua de acordo com os “princípios islâmicos”.

Organizações islâmicas que actuam no campo social e comunitário – como o Hezbollah no Líbano, o Hamas na Palestina e o Harakat ul-Ansar no Paquistão – e em paralelo desenvolvem actividades terroristas, gozam do apoio do povo pelo trabalho social que produzem, que muitas vezes é superior ao do Governo. Algumas delas desenvolvem sistemas totalmente independentes de financiamento que se baseiam no princípio da caridade religiosa. Assim, a actividade económica é integrada nos deveres religiosos, o que os torna imunes a ataques externos (ICT: 2000).

Como síntese conclusiva deste capítulo, podemos afirmar que houve uma evolução do terrorismo, desde os primeiros relatos históricos das acções terroristas do grupo Zelotas até ao terrorismo transnacional de cariz islâmico. Essa evolução materializou-se, essencialmente, pela adaptação destas organizações ao mundo actual através de novas tipologias organizacionais, como é o caso das estruturas em rede, que estão em

sintonia com a liberdade de acção que os terroristas pretendem e conseguem alcançar para agir e sustentar-se no tempo. Contudo, os princípios gerais do terrorismo mantêm-se como denominador comum desta evolução, de que são exemplo a publicitação do acto terrorista e o efeito de terror que pretendem causar no alvo.

3. O ISLAMISMO, A RELAÇÃO COM O TERRORISMO TRANSNACIONAL

Será importante fazer a destriça entre o fundamentalismo islâmico e a ortodoxia islâmica. A grande ideia-chave reside no facto do fundamentalismo já não acreditar nos fundamentos islâmicos preconizados pela ortodoxia islâmica, ou seja, existe como que um desacreditar da ortodoxia por esta ter comportamentos desviantes da doutrina islâmica.

A importância deste tema no nosso trabalho é justificada pela sua ligação à relevância que o terrorismo de cariz islâmico detém em termos globais. Assim, e em termos geopolíticos, cerca de um quarto das organizações terroristas a nível mundial são motivadas por questões religiosas, e, nelas, a maioria é de origem Islâmica, sendo a sua maior incidência nas regiões do Médio Oriente, e da Ásia do Sul, Sudeste e Central, regiões fortemente islamizadas. Este fenómeno explica-se também pelo facto da fronteira entre a política e a religião Islâmica ser muito ténue, o que dificulta a dissociação entre objectivos políticos e religiosos (kristiam Amby, 2003).

a. Do Islamismo à Jihad

É frequente afirmar-se que o Islão é uma religião de igualdade. Se compararmos o Islão na época em que surgiu com as sociedades que o rodeavam, do feudalismo hierarquizado do Irão, ao sistema de castas na Índia, passando pelos privilégios da aristocracia do Império Bizantino, como na Europa, somos forçados a admitir que o Islão não adopta um sistema de diferenciação social rígido e que o rejeita de forma explícita. As acções do profeta e as obras estabelecidas pelos governantes e perpetuadas na tradição, insistiam que o lugar e a honra de cada um na sociedade devem ser fixados apenas pela piedade e pelo mérito na sua adesão ao Islão. Contudo, as conquistas e a fundação de um Império criaram elites, que, inevitavelmente, tentaram eternizar nos seus descendentes os privilégios ganhos.

É importante dizer que estas aristocracias emergentes surgem apesar do Islão, e não por causa dele.

Apesar da existência de três desigualdades fundamentais que foram “abençoadas por Deus”, o senhor e o escravo, homem e mulher e crente e infiel, pode dizer-se que a mulher tinha direitos de propriedade sem igual até há bem pouco tempo no Ocidente. Mesmo em relação aos escravos, a lei islâmica reconhecia-lhes direitos humanos¹⁸, eram utilizados essencialmente para funções domésticas e faziam parte da lida da casa. O infiel era uma questão política e prendia-se com o salvaguardar da supremacia do Islão ao nível da comunidade. Qualquer uma destas categorias era tida como essencial para o desempenho das funções sociais atribuídas. E assim mantiveram-se inalteradas e sem contestação até ao século XIX, quando surgiram vozes discordantes, influenciadas pelo exterior e também pelo próprio interesse dos muçulmanos no mundo Ocidental.

A Europa era concordante em demandar a retirada do estatuto legal de inferioridade dos cristãos perante os muçulmanos e, paralelamente, queria a abolição do comércio de escravos¹⁹, pela desumanização que representava.

É importante afirmar que, para um muçulmano, “proibir aquilo que Deus permite é uma ofensa quase tão grave como permitir o que Deus proíbe”, por isso não constituiu surpresa que os principais opositores a estas correntes reformistas viriam de sectores mais tradicionalistas da religião, como nas cidades santas de Medina e Meca.

Ao contrário da escravatura, o estatuto de emancipação dos “não-muçulmanos” parece não ter colhido grande aceitação nos círculos Islâmicos.

Em meados do século XIX, o império Otomano criou reformas que passavam pela atribuição do princípio da plena igualdade entre os seus súbditos, independentemente da religião. Estas reformas não foram bem aceites no mundo árabe e o xerife de Meca passou a considerar os Otomanos como infiéis, podendo o seu sangue ser derramado, conduzindo, assim, a uma *fatwa*²⁰ que levou a uma *jihād* contra o império Otomano (Lewis, 2002: 99-111). Outro conceito que devemos introduzir neste momento é o de “laicismo” ou, no entendimento de alguns autores, o “secularismo”, que consiste na “ideia que a religião e o poder

¹⁸ Em caso de maus-tratos, os senhores eram obrigados pela lei a dar a alforria.

¹⁹ A escravatura só foi abolida no século XX e no Iémen em 1962.

²⁰ Uma *fatwa* é um pronunciamento legal no Islão emitido por um especialista em lei religiosa, sobre um assunto específico. Normalmente, uma *fatwa* é emitida a pedido de um indivíduo ou juiz de modo a esclarecer uma questão onde a *fiqh*, a jurisprudência islâmica, é pouco clara.

político, a Igreja e o Estado, são entidades distintas e podem ou devem ser separadas”(Lewis, 2002: 115).

O primeiro contacto do mundo islâmico com o Laicismo dá-se por via da Revolução Francesa, sobretudo porque não estava conotada com os ideais do cristianismo. Segundo Lewis, o laicismo esteve na origem de muitos movimentos reformistas e modernizadores dos séculos XIX e XX que ocorreram no mundo muçulmano. Paralelamente, o processo de secularização que se verificou no Ocidente, com a separação da igreja do Estado através das reformas que foram introduzidas quer pela igreja, quer pelos governantes, Deus foi “duplamente destronado” – como fonte de soberania pelo povo e como objecto de veneração pela nação. Este tipo de ideias é desconforme ao Islamismo, mas, progressivamente, foi ganhando popularidade no seio das elites mais ocidentalizadas do mundo árabe (2002: 125-126) e, por força da descolonização (década de cinquenta e sessenta), passaram a governar e acabaram por impor regimes ditatoriais, revestidos e disfarçados por ideais democráticos ou socialistas mas, em boa verdade, autocráticos, de que são exemplo o Egipto, a Arábia Saudita e a Jordânia (Pinto, 2004: 442).

As inúmeras decepções causadas pelos supostos regimes democráticos, experimentadas pela juventude dos anos setenta, conduziram ao sentimento de “re-islamização” da sociedade e à tentativa de preencher as funções deixadas vagas pela igreja²¹ e, conseqüentemente, pelo Estado, através da reinterpretação do Corão – nem sempre as mais fiéis ou consensuais análises –, denunciando as injustiças sociais de que eram vítimas e recuperando os conceitos e os apelos à *Jihad*.

Inicialmente, estes movimentos subversivos²² não tinham ambições revolucionárias directas, e organizavam-se em torno das mesquitas, empenhando-se em suprimir as carências da ausência de um Estado social (educação, saúde, desemprego e assistência e enquadramento da juventude), tentando que na vida quotidiana se apliquem os ensinamentos dos textos sagrados, com o paradigma de que a virtude dos indivíduos contribui para uma sociedade melhor e, conseqüentemente, através da religião, atingir o ideal da criação de um Estado

²¹ No entender dos fundamentalistas o clero estava dominado e era instrumentalizado pelo poder político.

²² A subversão é um fenómeno progressivo que visa um Poder, político ou no interior de uma instituição qualquer que interesse controlar ou dominar, alargando-se para o efeito a todos ou a parte dos aderentes desse Poder e exprimindo deste modo a luta entre o grupo subversivo e a autoridade a abater (Garcia, 2006, p.116).

único para todos os muçulmanos governados pela lei Islâmica – *Sharia* –, ou seja, os fundamentos de uma sociedade baseiam-se na ideia de que o Islão constitui um sistema global e totalizador na sua estrutura e nos seus fundamentos. Assim, o Islão aparece como sistema político através de regras e valores sócio-políticos.

As bases ideológicas do islamismo fundamentalista contemporâneo correspondem aos seguintes preceitos:

- “O Islão é encarado como um sistema total, regendo a existência humana a ser aplicada em todos os lugares e tempos. Não é concebível a separação entre a fé (*din*) e o Estado (*dawla*). O governo da comunidade islâmica é uma característica intrínseca ao Islão: o Alcorão e a *sunna* (Tradição do profeta) fornecem as bases da *Sharia*, cabendo ao Estado aplicá-la sem dela se desviar”;
- A chamada para o renascimento espiritual implica seguir as pegadas dos primeiros companheiros de Maomé (*Salaf*), o regresso ao puritanismo como exemplo a seguir;
- O objectivo de vida de um verdadeiro crente deve consistir na luta por uma ordem islâmica. Tal zelo deve envolver a *Jihad*, mesmo recorrendo ao Martírio²³ (Pinto, 2004: 442-444).

A radicalização do Islão foi apoiada por pensadores como o Egípcio Sayyid Qutb, membro da Irmandade Muçulmana²⁴, que condenou a sociedade egípcia dos anos sessenta, governada por Nasser, por não seguir o Islão, tendo concluído que qualquer crente tem o direito e o dever de lançar uma *Jihad*, para assim atingir uma transformação da sociedade, considerando hereges os governantes e legítimo o derrame de sangue. Desta forma, é introduzido o conceito de revolução, utilizando uma concepção que estava na moda por outras correntes ideológicas da época.

A palavra *Jihad* significa “esforço no caminho de Deus” e é interpretada por muitos teólogos e tradicionalistas como o “combate pelas armas”, sendo considerado um dos elementos do ministério da fé por qualquer Muçulmano. A palavra de Deus dirige-se a todos os homens e é um dever converter ou submeter os que não crêem no islamismo. Só parará quando o mundo tiver adoptado a fé e “esteja submetido à autoridade do Estado Islâmico” (Pinto, 2004: 445-447).

²³ A *shahid* é diferente do suicídio, que na lei islâmica é proibido.

²⁴ Movimento precursor do fundamentalismo contemporâneo, fundado por um professor primário Egípcio, Hassan al-Banna.

Segundo Kristian Amby, a *Jihad* encontra paralelo no cristianismo, na tese da “Guerra Justa” de Sto. Agostinho²⁵ e São Tomás de Aquino, que se caracteriza por ser “fundamentalmente defensiva, sancionada como defesa justa contra opressão e, em último caso, como justificação religiosa (moral) de actos violentos para a defesa da comunidade (islâmica) e do próprio Islão”(Kristian Amby, 2003).

A “*Jihad* é um dos elementos de profissão de fé, uma obrigação imposta por Deus a todo o Muçulmano. Na guerra ofensiva, constitui uma obrigação para a comunidade muçulmana na sua totalidade; na defensiva, constitui uma obrigação pessoal para todo o Muçulmano adulto” (Pinto, 2004: 447).

Mas porquê estas diferenças de interpretação teológica do Alcorão por parte dos Muçulmanos, permitindo correntes tão díspares, que, levadas ao extremismo, podem conduzir à *Jihad* e ao terrorismo islâmico? A esta pergunta, o Comandante Reis Madeira diz-nos que essa deriva prende-se “com a ausência de um líder religioso que, por analogia com o mundo cristão, corresponde a um Papa, e que funcionaria como “entidade reguladora” e de referência para os aspectos e interpretações religiosas da vida, o que certamente atenuaria ou faria desaparecer as tendências extremistas. Na actualidade, esta questão constitui uma das principais diferenças entre o Mundo Cristão e o Mundo Muçulmano” (2005: 148).

Em termos estatísticos, podemos referir que a *Jihad* levada a cabo em solo Afegão na década de oitenta e início dos anos noventa movimentou cerca de trinta a quarenta mil²⁶ voluntários estrangeiros para combater os Soviéticos. E após o “*terminus*” do conflito, estima-se que onze a vinte mil *Mujahidin*²⁷ vão continuar a *Jihad* em outras frentes.

A partir dos anos noventa, o recrutamento de, m e terroristas passa à escala mundial, desde o Afeganistão, as Filipinas, a Turquia, a China, ou seja, ao nível de todos os continentes, incluindo a Europa e a América. Segundo o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) americano, os “formandos” terroristas, cerca de setenta mil

²⁵ Sto. Agostinho caracterizava: "A ordem natural, que é dirigida para a paz das coisas morais, requer que a autoridade e a deliberação para realizar uma guerra estejam sob o controle de um líder". Outro critério necessário era a **Causa justa**, que são as razões para ir para a guerra. Estas razões são tão importantes quanto a autoridade de quem ordena ir para a guerra. Ele especificamente retira as justificativas para ir para a guerra que envolvam: o desejo de causar dano, a crueldade da vingança, uma mente implacável e insaciável e o orgulho da dominação". Sto. Agostinho via a guerra como uma trágica necessidade do relacionamento entre os povos, contudo fazia a seguinte admoestação: "deixe que a necessidade mate o seu inimigo de guerra, não o seu desejo".

²⁶ Dez mil Sauditas; seis a sete mil do Iémen; dois a três mil da Argélia e ainda do Egipto, Iraque, Jordânia.

²⁷ Combatente da *Jihad*.

homens provenientes de cinquenta países, destinavam-se a treinar nos campos Afegãos. Após o adestramento, os destinos de guerra eram variados, desde os Balcãs, Chechénia, Macedónia, Arquipélago das Molucas (Bauer e Raufer, 2003: 122-126).

Também com o fim da guerra do Afeganistão e na década de noventa, surgem indícios de grupos radicais islâmicos estarem a encontrar “safe havens”²⁸ no Ocidente no seio das comunidades de imigrantes muçulmanos. Alguns fugidos dos seus países de origem por perseguições levadas a cabo pelos governos árabes, muitos obtêm asilo político²⁹ e tiram partido dos sistemas políticos com políticas neo-liberais, aproveitam para captar financiamentos, através de ONGs fantasma e, paralelamente, procedem à angariação de recrutas para a *Jihad* mundial (Pinto, 2004: 458-459).

Segundo declarações de Osama Bin Laden em “O significado da Jihad. Resposta cabal ao clero Saúdita”, “para estabelecer um Estado Islâmico e expandir a religião, tem de haver [cinco condições], um grupo, audiência, obediência, *Hijira* e *Jihad*. Aqueles que desejam elevar o Islão sem *Hijira*³⁰ e sem sacrifícios de *Jihad* por amor de Alá não compreendem a via de Maomé” (Greenberg, 2007: 269).

b. Califado, o grande sonho

Maomé “alcançou em vida a vitória total”, conquistou a terra prometida, criou o seu Estado, promulgou leis, formou exércitos, cobrou impostos, firmou a paz e assumiu-se como “supremo soberano”, ou seja, governou. As suas decisões e acções como governante foram perpetuadas nas escrituras islâmicas e nas tradições muçulmanas vindouras.

Quando se deu a conquista árabe do Norte de África e parte da Europa, trouxeram consigo uma nova cultura, lei, escrita, e criaram os seus próprios Estados ao longo dos territórios conquistados. Uma vez que o Estado era islâmico, não havia necessidade de criar instituições religiosas separadas, porque o Estado teria sido criado por Maomé como um instrumento do Islão. O “Estado era a Igreja e a

²⁸ Abrigo, refúgio.

²⁹ Londres tornou-se um refúgio e santuário para terroristas, tendo alguns recebido generosos subsídios de reintegração social. A capital Britânica tornou-se num dos principais pontos de doutrinação *Jihadista* e um centro de recrutamento para campos de treino terroristas no Médio Oriente (Pinto: 2004: 452-454).

³⁰ Foi a viagem de oito dias do profeta Moamé, quando, em 622 D.C, fugindo de perseguições, foi de Meca para Medina e fundou o primeiro Estado Islâmico. Também simboliza o início do calendário islâmico (baseado no ciclo lunar). No Alcorão o termo significa mudar de um mau sítio ou estado para um bom e, através da fé, abandonar maus costumes em busca de uma vida melhor.

Igreja era o Estado, Deus era o senhor de ambos, com o profeta como seu representante na Terra”. Nas palavras de uma antiga e muito citada tradição islâmica: “O Islão, o governante e o povo são como uma tenda, composta por um poste, as cordas e pregos. A tenda é o Islão, o governante é o poste e os pregos são o povo”. Depois da morte do profeta, a função de chefia, militar, religiosa e política foi continuada pelos califas. Os soberanos muçulmanos não tinham, contudo, o poder legislativo, porque o que é válido é a sagrada lei de Deus, e esta pode ser interpretada e ampliada apenas por via da tradição e da razão, contudo, as normas não podem ser acrescentadas ou suprimidas. Mas com o passar dos séculos, isso acabou por ocorrer, embora sempre de uma forma dissimulada, o que levou, à semelhança de outras religiões, os muçulmanos a criarem uma classe de “religiosos profissionais”, os *Ulama*³¹, aqueles que possuíam o *Ilm*³².

Esta ordem institucional Islâmica clássica poder-se-ia, na opinião de Bernard Lewis, considerar análoga à do “cesaropapismo da cristandade ortodoxa do Oriente”. Já os califas são os vigários de Deus na terra, a sua sombra. O califa à frente de um Estado não era nem teólogo nem jurista, mas um praticante da arte da política e da guerra (Lewis, 2003: 116-136).

A corrente ideológica islâmica *Salafiya*, responsável pela identidade Salafita, é um “conjunto difuso, reagrupando com flexibilidade, através de países e continentes, redes de homens de todas as proveniências (alguns violentos, outros não) que partilham a mesma fé, e lutando, por vezes, até ao sacrifício da própria vida para restaurar o Islão quimicamente puro das origens”. Os seus fiéis acreditam na *Tawhid* – absoluta unicidade de Deus; na *Tazkiya* – purificação permanente da alma por adesão absoluta aos mandamentos de Deus; e na *Ittiba* – necessidade de seguir o mais possível o modelo corânico, o exemplo do profeta, tal como foram transmitidos no Alcorão e na *Sunna* (a tradição).

Os Salafitas incorporam uma corrente islâmica “reaccionária, activista e puritana” e que provém de estratos sociais que vão desde os mais pobres até à classe média caracterizada pela burguesia comerciante. Os Salafitas colocam-se ao lado dos discípulos do profeta, preconizando um Islão sem alterações, inovações, em que o califa tem o papel que represente fielmente o modelo de governação que o profeta teve em Meca e Medina.

³¹ Poderiam ser juristas ou teólogos.

³² Conhecimentos religiosos.

As principais referências históricas desta corrente intelectual são Ibn Taymiyyah e Mahamed bin Abdulwahhab (séc. XIII e séc. XVIII, respectivamente) e, mais recentemente, Abdulaziz bin Baz e Mahomed Nasiruddin al-Albani (ambos falecidos e oriundos da Arábia Saudita e da Jordânia). Os Salafitas pretendem purificar a religião, desprovê-la de qualquer inovação e, por esse facto, rejeitam os partidos políticos islâmicos ocidentalizados, considerando os Xiitas e os Sufis heréticos. É nesta corrente ideológica que se insere a *Al-Qaeda*, que preconiza um grande califado islâmico mundial que reúna todos os países muçulmanos obedecendo à *Sharia* (Bauer e Raufer: 2002: 107 -110).

c. A *Al-Qaeda*, conhecer o inimigo, abordagem estatística

Diz Sun Tzu na arte da Guerra, “se conhecermos o inimigo e nos conhecermos a nós próprios, seremos cem vezes vitoriosos, caso contrário as nossas batalhas serão contadas pelas nossas derrotas”.

Pegando nesta frase milenar, faz sentido fazer uma abordagem à *Al-Qaeda*³³, baseada em dados conhecidos, como são as suas acções e actos terroristas praticados desde a sua fundação.

A *AL-Qaeda* é uma organização radical Sunita liderada por Osama Bin Laden. Para além dos seus membros, a rede *AL-Qaeda* inclui grupos que operam em cerca de 65 países espalhados pelo mundo.

O primeiro mentor de Bin Laden foi Dr. Abdullah Azzam, um palestiniano que se tornou um dos líderes da *Jihad* anti-soviética no Afeganistão.

Depois de ter completado a sua educação na Arábia Saudita, Bin Laden, que provém de uma família Saudita abastada, envolve-se no financiamento e recrutamento de voluntários Árabes para lutarem contra os Soviéticos no Afeganistão, e terá aí entrado em contacto com a organização de Azzam. Bin Laden fundou a *AL-Qaeda* no final dos Anos Oitenta (século XX) para formar os “Árabes Afegãos”, os *Mujahidins*.

Aquando da retirada dos soviéticos, Bin Laden utilizou os seus contactos adquiridos na *Jihad* para perseguir a luta contra os novos inimigos do Islão no Ocidente. O grupo mudou a base de operações do Afeganistão para a Arábia Saudita, depois para o Sudão e, posteriormente, para o Afeganistão.

A Filosofia da *Al-Qaeda* é “*Jihad*” defensiva, ou seja, Bin Laden incentiva cada Muçulmano a tomar parte na luta, o que ele denomina de ataque ao Islamismo.

³³ Em Português, a “A Base”.

Por outro lado, o grupo pretende derrubar os governos “Não-Islâmicos” que oprimem os cidadãos muçulmanos, e substituí-los por genuínos governos islâmicos, expulsando as forças dos EUA e as influências Ocidentais dos sagrados territórios do Golfo, do Iraque, e capturar Jerusalém, tornando-a numa cidade muçulmana.

A *Al-Qaeda* faz alianças com grupos de terroristas por todo o mundo para perseguir este objectivo. Isso inclui grupos que lutam contra regimes Muçulmanos governados por líderes alegadamente denominados de “impostores” (Egipto, Argélia, Afeganistão pós 2002 e Arábia Saudita), grupos que lutam contra regimes que oprimem os seus cidadãos Muçulmanos (Kosovo, Índia, Rússia e Indonésia) e grupos que lutam pelo estabelecimento de um estado Islâmico (Palestina, Chechénia, Mindanao). A *Al-Qaeda* apoia estes grupos de duas maneiras: treinando os seus membros nos seus campos ou enviando operacionais seus para ajudar na luta, nos seus países. Durante os Anos Noventa (Século XX), a *Al-Qaeda* apoiou os grupos associados com financiamento e treino nos seus campos no Afeganistão e no Sudão. Para além do 11 de Setembro, a *Al-Qaeda* esteve por detrás do bombardeamento às embaixadas Americanas em África, em 1998, e no final de 2000, ao ataque ao navio USS Cole, no Iémen.

Os objectivos operacionais actuais da *Al-Qaeda* permanecem no Afeganistão e no Paquistão. Para além disso, a *Jihad* da *Al-Qaeda* continua e está ligada ao ataque em Madrid e às tentativas e aos ataques em Londres. Isso demonstra que este grupo considera legítimo atacar qualquer Estado que apoie directamente os EUA.

Na Arábia Saudita ataca o Governo Saudita e as forças Norte-americanas. Continua presente, através dos seus operacionais infiltrados, nos mais diversos grupos terroristas nas Filipinas, Indonésia, Chechénia e Caxemira.

O grupo de Abu Masab al-Zarqawi actua como uma filial avançada no Iraque e constitui uma ameaça sempre presente às forças da coligação (MIPT Terrorism Knowledge Base).

ATENTADOS/ REGIÃO	PERÍODO		
	01/01/1990 - 12/26/2007		
	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
ÁFRICA	5	5177	252
MÉDIO ORIENTE	17	1139	192
AMÉRICA	3	2337	2982
ÁSIA SUL	6	62	25
SUDESTE ASIÁTICO	1	149	13
TOTAL	32	8864	3464

F

Fig N.º 1 - Distribuição estatística dos alvos da *AL-Qaeda* até Dezembro de 2007

(Retirado do MIPT Terrorism Knowledge Base).

Este primeiro quadro (Fig. N.º 1) traduz o resumo da actividade da *Al-Qaeda*, sendo que os dados explanados são referentes a incidentes internacionais compreendidos entre 1990 e 2007, e referentes a atentados internacionais e domésticos no período de 1998 a 2007.

No anexo A apresentam-se outros quadros com informação estatística que iremos abordar analiticamente neste subcapítulo.

Assim, pode constatar-se que a região do globo em que a *AL-Qaeda* é mais activa é o Médio Oriente, muito devido às acções realizadas na Arábia Saudita e também no Iraque.

O local onde a organização foi mais mortífera é a América, fruto dos três atentados em solo Norte-americano que ocorreram no dia 11 de Setembro de 2001.

No Sudeste Asiático houve apenas um atentado com um automóvel armadilhado em Jacarta, em 2003, embora o atentado realizado pela *Jemaah Islamiya*, que atacou, em Bali, uma zona turística de bares, tenha provocado duzentos mortos e trezentos feridos. Julga-se que terão ligações estreitas com a *Al-Qaeda*, uma vez que, no dia seguinte, assumiu-se como autora do atentado.

Em África, o maior atentado registou-se em frente à embaixada dos EUA, em Nairobi, com a detonação de um carro armadilhado que matou duzentas e treze pessoas e feriu mais de cinco mil.

Na região do Sul da Ásia, o país mais afligido será o Afeganistão, com três ataques contabilizados. O mais mortífero ocorreu durante uma cerimónia fúnebre de um clérigo anti talibã (Mawlavi Abdullah Fayaz), que vitimou vinte e três pessoas e feriu cinquenta e duas.

Como síntese, podemos afirmar que a maioria dos ataques da *Al-Qaeda* tem como objectivo primário atingir alvos político-diplomáticos e, em seguida, alvos económicos (em termos estatísticos). Outro denominador comum que sobressai nestes ataques, prende-se com a necessidade de alcançar pesadas baixas humanas ou causar um elevado número de feridos.

ACÇÕES TERRORISTAS POR GRUPOS E RELIGIÃO		PERÍODO 01/01/1990 - 12/27/2007	
Grupos	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
<u>Al-Qaeda</u>	32	8864	3464
Armed Islamic Group	64	259	506
Hamas	580	2903	601
Jaish-e-Mohammad (JeM)	25	269	85
Lashkar-e-Taiba (LeT)	28	365	190
Palestinian Islamic Jihad (PIJ)	250	1073	213
Abu Sayyaf Group (ASG)	58	518	197
Hezbollah	48	935	123
Lord's Resistance Army (LRA)	34	308	543
Ansar Allah	3	236	117
Dagestan Liberation Army	4	453	248
Jemaah Islamiya (JI)	5	699	261
Moro Islamic Liberation Front (MILF)	33	319	108
Movsar Baryayev Gang	2	657	162
Riyad us-Saliheyn Martyrs' Brigade	11	1136	514
Al-Gama'a al-Islamiyya (GAI)	37	242	138
<u>Al-Qaeda Organization in the Islamic Maghreb</u>	47	401	130
Abu Hafs al-Masri Brigade	9	826	249
Ansar al-Sunnah Army	95	1121	620
Taliban	432	847	1026
Tawhid and Jihad	31	222	200
Islamic Army in Iraq	41	82	88
<u>Al-Qaeda Organization in the Land of the Two Rivers</u>	216	3764	1888
Mujahideen Shura Council	85	679	379

Fig. N.º 2 - Distribuição estatística dos alvos de organizações consideradas terroristas de cariz religioso
(Retirado do MIPT Terrorism Knowledge Base)

Este quadro está mais simplificado (Fig. N.º 2) porque houve uma adaptação da lista original, com vista a facilitar a análise, na tentativa de evidenciar melhor os grupos mais significativos considerados terroristas pela MIPT Terrorism Knowledge Base³⁴.

A lista inicial continha mais de cem organizações terroristas de cariz religioso, e o critério adoptado foi retirar as organizações que tinham menos de sessenta vítimas contabilizadas.

Um dos aspectos que será importante realçar é que, no quadro supra, estão expressas organizações terroristas religiosas que, à excepção dos *Lord's Resistance Army (LRA)* do Uganda, que têm uma ideologia cristã, a esmagadora maioria das restantes são Islâmicas. Essa evidência estava também patente na lista original.

Também se regista que a *Al-Qaeda* e as suas filiais em conjunto têm um “mapa de resultados” verdadeiramente mortífero, destacando-se das demais organizações terroristas, com um total de cerca de cinco mil e quinhentos mortos e mais de treze mil feridos que acumularam ao longo das duzentas e noventa e cinco acções terroristas perpetradas em cerca 17 anos.

4. O MUNDO GLOBALIZADO E O TERRORISMO TRANSNACIONAL

a. A *Al-Qaeda*, subproduto da globalização

Como foi exposto anteriormente, a *Al-Qaeda* é um grupo terrorista que funciona com uma ideologia Salafita que preconiza a *Jihad* contra o Ocidente, EUA e aliados, Israel, bem como contra os países muçulmanos com “laicismo governativo”. Actua de forma concertada, planeada, individualmente ou com ajudas locais, na tentativa de causar o maior número de baixas nos seus inimigos, procurando quase sempre alvos político-diplomáticos ou económicos e tentando obter a maior publicidade possível dos seus actos.

Actualmente, afigura-se como a mais eficaz organização terrorista de matriz islâmica, a ponto de muitos autores denominarem as suas acções como um novo tipo de terrorismo, o transnacional. É precisamente sobre este ponto que nos iremos debruçar a seguir, na tentativa de conhecermos melhor esta nova ameaça.

A *Al-Qaeda* tem um núcleo biológico – que concentra os criadores do projecto. Para assegurar o seu correcto funcionamento, existem células especializadas em

³⁴ Esta classificação de grupos terroristas é da MIPT Terrorism Knowledge Base e existem grupos como o Hamas, que noutras bases de dados não figuram como grupos terroristas. A UE definiu apenas uma facção do HAMAS, mais concretamente as Brigadas Izedine al-Qassam como grupo terrorista.

segurança, finanças, logística e comunicações. Paralelamente, estão também em contacto com este núcleo, em função das necessidades geopolíticas, vários líderes “Afegãos”³⁵ que conduzem a *jihad* através das organizações locais. No primeiro círculo de confidentes estão os aderentes à Frente Islâmica da Luta, composta por emires responsáveis pelas *Jihad Islâmica no Egipto*, *Jama’á islamiya do Egipto*, *Jihad Islâmica do Bangladesh* e *Jamiat –I-Ulema Paquistânês*, *Harakat-al-Ansar (Região da Caxemira)*. Este conjunto de *Mujahidins* tem entre dez a quinze mil homens. Existe ainda um segundo círculo onde reside a profundidade estratégica deste grupo e que consiste numa rede de mesquitas, madrassas ou escolas corânicas, milícias e grupos terroristas que funciona como um pulmão exterior e que lhe confere um carácter internacional num “caleidoscópio de nacionalidades, etnias, idades e profissões dos seus fiéis”(Bauer e Reufer, 2002: 110-120).

Os “afegãos” são muito difíceis de apanhar porque mudam facilmente de identidade, atravessam fronteiras com documentos falsos, roubados a Europeus, e assim conseguem viajar e fundirem-se com a população (2002: 126).

Proença Garcia advoga a ideia, usada também por alguns autores³⁶, de que a estrutura descentralizada da *Al-Qaeda* parece evoluir para uma estrutura ainda mais descentralizada baseada em redes regionais, o que demonstra uma capacidade operacional global, e a sua capacidade de sobrevivência assenta na desterritorialização e na mistura de religião, ideologia, fontes de financiamento criminosas e ilegais e diversificadas, dificultando a determinação da origem dos fundos (Garcia, 2007).

Como qualquer organização que se diz globalizada, tem de tirar partido das comunicações e, paralelamente, dos meios de comunicação social. Esta mensagem é corroborada por Henry Schuster, Director Sénior da CNN, que nos indica que a *Al-Qaeda*, em termos estruturais, apresenta uma célula de comunicações a apoiar o “núcleo duro”. Esta ideia pode ainda ser confirmada através da análise às entrevistas de Bin Laden, da Somália ao Afeganistão, onde se podem ver meios de comunicação sofisticados, como, por exemplo, antenas parabólicas. Por outro lado, essas entrevistas que concedeu a repórteres ocidentais, como Peter Bergen, Peter Arnett, entre outros, e as videogravações, serviam também para serem mostradas

³⁵ Nome dado a todos os ex-combatentes da guerra do Afeganistão contra os soviéticos. Mais recentemente, alguns autores também consideram afegãos todos os terroristas que tiveram treino militar em campos terroristas da *Al-Qaeda* (Bauer e Reufer, 2003: 120).

³⁶ (Peter Singer, Jonh Mackinlay, Winer e Boniface).

nos campos de treino. A partir de 2001, a *Al-Qaeda* formou a sua própria empresa de produção, a *Al-Sahad*, que misturava filmagens da CNN e da *Al-Jazira*, adicionava-as às filmagens e vídeos de Bin Laden e procediam à sua divulgação. Também o ciberespaço foi explorado com o *site* a “al-nide.com”, que era o Website oficial da *Al-Qaeda*.

Outra ideia que Henry Schuster sustenta, prende-se com o facto da estratégia mediática de Bin Laden ter sido plenamente conseguida. Primeiro, porque, enquanto dissemina a sensação de medo e falta de segurança pelo mundo Ocidental, passa a sua mensagem de *Jihad* e conquista apoios no mundo islâmico (Greenberg, 2007: 147-154).

Já Paul Eedle, ex-correspondente da Reuters no Médio Oriente e especialista na utilização da Internet por parte da *Al-Qaeda*, advoga a ideia de que a Internet é uma arma de grande poder no século XXI, dando o exemplo da filial da *Al-Qaeda* no Iraque, liderada por Abu Musab Al-Zarqawi, que projectou a sua imagem em muito pouco tempo através da divulgação publicitária da sua pessoa, indicando quem era, o que fizera e porque razões lutava.

A Internet, ao contrário da televisão, funciona em dois sentidos, não sendo só uma questão de publicação de informação publicitária, mas também um meio de investigação, que a *Al-Qaeda* explora, como no Iraque, para determinar, pelo teor da informação obtida na Internet, se determinado jornalista raptado deveria ser ou não executado (Greenberg, 2007: 160-164).

Citando o Professor Doutor Adriano Moreira, “Tal como previa o citado Rand-Project Air Force de 1999, houve um salto qualitativo depois de 11 de Setembro, e estamos, com perplexidade, a enfrentar um *New Terrorism*, que conhecemos mal, tentando organizar uma nova diplomacia, a manipulação de ajudas económicas e financeiras, a intervenção armada, sem prospectiva segura deste novo adversário que é o Terrorismo sem fronteiras, ignorando se e quando poderá ultrapassar os explosivos convencionais, para usar armas químicas, biológicas, atómicas, ou se adaptará o perfil de guerreiro electrónico sabotando os sistemas de informação e comunicação de que dependem as sociedades avançadas” (2004: 143).

De forma conclusiva, podemos dizer que a *Al-Qaeda* é uma organização que utiliza a globalização para actuar e sobreviver. Julga-se, assim, que é um subproduto do referido fenómeno, na medida em que utiliza conceitos organizacionais modernos e actuais, como a estrutura em rede, e explora

politicamente alianças para poder ter projecção mundial. Esta organização também explora muito bem os órgãos de comunicação social e o ciberespaço com o intuito de criar a sensação de falta de segurança no Ocidente e poder difundir a sua mensagem visando a captação de apoios no mundo islâmico. As suas formas de financiamento explicam bem a utilização da desterritorialização para a camuflagem da proveniência dos seus fundos.

Relativamente aos objectivos desta organização e analisando o exposto no sub-capítulo sobre os objectivos do terrorismo transnacional, podemos defini-los como “Uni-Multipadrão³⁷”, porque na nossa opinião por um lado, são “Unipadrão” por apresentarem um padrão único no domínio do combate aos heréticos e desse modo conseguem a adesão de inúmeros movimentos subversivos e grupos terroristas e, por outro, são “Multipadrão”, por serem múltiplos e variarem de grupo para grupo, bem como, entre as células adormecidas dos diversos países. Estes diferentes grupos, intitulados de *Al-Qaeda*, caracterizam-se por terem agendas próprias e consequentemente, objectivos diferentes de local e de região para região.

Conseguimos encontrar no passado organizações que utilizaram técnicas e tácticas operacionais mais ou menos semelhantes, mas o êxito desta *Jihad* reside na grande intensidade de uma mistura de ingredientes que lhe confere um carácter inovador e global.

b. A segurança dos “Estados globalizados”

No plano interno dos Estados, a problemática segurança *versus* seguridade, e a forma como os Estados conseguem atingir este equilíbrio, é uma questão extremamente real e indispensável.

Nos dias de hoje, o papel dos serviços de informação é fundamental na segurança interna dos Estados na luta contra o terrorismo. Mas importa agora saber quais as consequências que este fenómeno acarreta na nossa sociedade e na seguridade³⁸ das pessoas.

³⁷ Pretendeu-se fazer uma analogia à expressão “Uni-Multipolar” que caracteriza a distribuição de Poderes no sistema internacional (Luís Tomé, 2004: 29-30), por estarmos a caracterizar os objectivos de uma organização, que quer se queira quer não, é um dos principais actores do actual sistema internacional.

³⁸ “Somente se diz das pessoas (exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem, ou da opinião em que se está, de que não há perigo). Pode o homem sentir-se em seguridade quando, na realidade, a sua segurança está ameaçada (percepção de segurança)” (Couto, 1988: 70).

Segundo o Comandante Silva Ribeiro, esta resposta pode ser dada fazendo uma abordagem militar, ou seja, através da determinação do centro de gravidade³⁹ das democracias Ocidentais. A sua segurança⁴⁰. Afirmar, ainda, que são três os factores que alimentam o desânimo e a ansiedade associada à falta de segurança: “a percepção de incapacidade de defesa, a incerteza e o sentimento profundo de impotência. O resultado desta mistura de sentimentos é o terror. Quando é sentido pelas sociedades, estas exigem respostas de poder dos seus governos que, para esse efeito, recorrem às estruturas orgânicas com os meios humanos e materiais e com o conhecimento necessário para fazer face à ameaça” (2005: 129).

Julgamos, contudo, que esse sentimento de impotência e a sensação de falta de segurança são uma consequência do acto terrorista, advêm do terror e não resultam da sua mistura.

Os Estados têm que se preocupar com dois tipos de ameaças: as “Militares”, normalmente ligadas a outros Estados, e as “Novas Ameaças”, estas últimas apresentam-se de uma forma difusa, imprevisível, afirmando-se como uma ameaça séria à sua segurança. Estas ameaças, de que o terrorismo transnacional faz parte, surgem, como se sabe, com apoios de indivíduos que manobram no interior dos Estados, e aos quais as forças de defesa dos Estados, através de sinergias, cooperação internacional, rentabilizando meios, poderão efectuar um combate eficaz. Ora, isso acarretará, necessariamente, uma perda de liberdade individual dos cidadãos para o reforço da segurança colectiva do Estado. Este é o balanço equilibrado que as sociedades ocidentais têm de efectuar, sob pena de prejudicarem os seus cidadãos com excesso ou défice de medidas de segurança que necessariamente influenciam a vida quotidiana (Sequeira, 2005: 63-64).

O Estado Português considera o terrorismo como uma ameaça e inscreve-o no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN, 2003) como uma das quatro ameaças à segurança do Estado, a par do Crime Organizado transnacional, o desenvolvimento e proliferação não regulada de ADM e dos meios de lançamento, e os atentados ao ecossistema.

³⁹ Ponto da estrutura de poder de um actor das relações internacionais que, uma vez afectado, leva a derrota.

⁴⁰ “Diz-se das pessoas e das coisas (há segurança quando não existe ou foram removidas as causas do perigo). Pode haver segurança e o homem não se sentir em seguridade” (Couto, 1988: 70).

Assim, ao relacionar-se directamente o terrorismo com criminalidade organizada, parece-nos que as redes de promoção e exploração da imigração ilegal, cujo destino é o mundo Ocidental, facilitam a “entrada” de terroristas, na medida em que as sociedades liberais e tolerantes, em especial na Europa, garantem, a estes grupos e aos seus operacionais, o ambiente ideal para se imiscuirem no “meio ambiente”. “Geograficamente, a Europa está situada numa parte estratégica do mundo, com bons meios de transporte e de comunicação com o Médio Oriente, a Ásia e os Estados Unidos. Torna-se alvo apetecível para os terroristas” (Pinto, 2006: 202). Por outro lado, estas redes favorecem a «entrada» de potenciais terroristas. Desta forma, muçulmanos de segunda e terceira geração “...buscam na religião a variável estruturante da construção da sua identidade (...) A adesão de certas franjas da juventude muçulmana à causa *jihadista* (...) Os grupos radicais islâmicos surgem como uma panaceia para todos os seus problemas: financeiros, sociais, políticos e identitários” (Pinto, 2006: 202), originando, assim, não só fontes de recrutamento, como redes de apoio para os grupos terroristas, “...aí podem obter cobertura, abrigo, ajuda logística para os seus simpatizantes e apoiantes locais que, por sua vez, são uma fonte potencial de recrutamento” (Pinto, 2006: 202). Outro ponto de contacto do terrorismo com a criminalidade organizada prende-se, essencialmente, com as redes que recorrem aos métodos ilegais como forma de financiamento, já explanados ao longo deste trabalho.

No que concerne à ligação da ameaça terrorista com o desenvolvimento e a proliferação não regulada de armas de destruição massiva, ainda que este seja entendido como o “pior cenário”, a possibilidade de aceder a materiais nucleares, para que possam desenvolver “engenhos nucleares improvisados” não é tão remota assim. Para o Prof. Phil Williams, esta possibilidade começa a ter alguma credibilidade (dado existir a consciência que o “mercado negro” das matérias radioactivas apenas vende “lixo nuclear”, fruto de relatórios da Federação Russa que, sobre esta matéria, referem que algumas instalações nucleares teriam sido alvo de vigilância por parte de grupos terroristas com o possível objectivo de furtar material radioactivo) (Williams, 2007). Por outro lado, o facto dos grupos terroristas terem desenvolvido poucas capacidades de tráfico obriga a uma relação maior com redes de tráfico ilegal, mas, se estas redes de tráfico já possuem um mercado próspero, parece pouco provável que estejam dispostas a compactuar com a destruição que um “engenho nuclear improvisado” possa vir a causar, no seu

“comércio” (Williams, 2007). Ainda de acordo com o mesmo autor, prevê-se que, aqueles grupos se empenham cada vez mais em actividades criminosas, como contrafacção, tráfico de uma miríade de produtos ilegais, fraude de documentos e cartões de crédito, originam um crescimento dos níveis de sofisticação e de capacidades, possibilitando o acesso, tráfico e emprego deste tipo de “arma” (Williams, 2007). Ainda que no tocante à utilização de material nuclear, este não tenha sido efectivo, de 1993 a 2001, a Agência das Nações Unidas, encarregue de controlar as matérias físseis, detectou 153 furtos de material daquela natureza que, ainda que não seja passível de ser usado no fabrico de uma bomba atómica, permite o seu emprego como “bomba suja” (Bauer, Raufer, 2003: 284). Lembramos que o emprego de materiais NBQR não será uma novidade. Para isso, basta recordar os atentados de Tóquio em 20 de Março de 1995, em que cinco seguidores da seita *Aum Shinrikyo* (Verdade Suprema) abriram bolsas de plástico, que continham gás *sarin*, à hora de ponta, matando doze pessoas e deixando 5 mil feridos.

No plano das relações internacionais é importante reflectir sobre as novas dinâmicas que o contra-terrorismo⁴¹ induz nas relações entre Estados.

Ao nível da ONU, em 2004, foram definidas seis grandes ameaças para as comunidades internacionais, sendo o terrorismo uma delas. Há ainda a referir que, desde a década de setenta, existe a vontade de agir num contexto global contra o terrorismo através da elaboração de resoluções, quer da Assembleia-geral, quer do Conselho de Segurança, que condenam o terrorismo. Mas a mais significativa foi, sem dúvida, a que ocorreu a 28 de Setembro de 2001, quando o Conselho de Segurança da ONU adoptou a resolução 1373, que decide, ao abrigo do Capítulo VII da Carta da organização, que todos os Estados devem prevenir e reprimir o financiamento de actos terroristas, considerá-los como actos criminosos e tomar medidas no sentido de congelar fundos, bens financeiros ou outros recursos económicos de pessoas ou entidades que se prove estarem envolvidas nestes actos. O Conselho de Segurança criou ainda um Comité de Combate ao Terrorismo, composto por todos os membros do Conselho, com o objectivo de monitorizar a implementação desta resolução (Teles, 2003).

⁴¹ Segundo a NATO, o contra-terrorismo “são as acções ofensivas militares projectadas para reduzir as capacidades dos terroristas”, contudo, referimo-nos ao termo no seu sentido mais lato e abrangente e não só na sua componente militar (medidas para contrariar o terrorismo).

Como vimos, o terrorismo e o contra-terrorismo criam, no plano interno, dinâmicas nas relações dos Estados com os cidadãos, obrigando a um correcto equilíbrio entre segurança e seguridade; e nas dinâmicas das relações externas dos Estados, com os diferentes actores do sistema internacional.

O terrorismo transnacional constitui-se, assim, como um desafio complexo para as democracias, pois apoia-se precisamente no facto de serem sociedades abertas, onde a possibilidade de serem minadas no interior é relativamente simples, numa estratégia de subversão pela disseminação do terror e da insegurança colectiva.

A adopção do “acto patriótico” constitui-se como um paradigma na reacção das democracias à estratégia do terror, significando uma perda de direitos e liberdades individuais. Este tipo de terrorismo tem conseguido impor retrocessos naquilo que as democracias têm de mais sagrado que é a protecção das liberdades individuais.

c. Combater o inimigo

Neste subcapítulo, vamos abordar de forma mais detalhada a perspectiva dos EUA e a da UE no combate ao Terrorismo. Será feita uma análise às duas estratégias, correlacionando-as, ainda, com a opinião de alguns autores.

Na estratégia Norte-americana vamos analisar dois documentos da sua política externa, o primeiro focaliza-se essencialmente na estabilização económica do Iraque; e o outro no combate global ao terrorismo. Assim, em 30 de Novembro de 2005, o National Security Council (NSC) dos EUA editou uma publicação denominada de *Victory In Iraq*, que explana a estratégia americana para aquilo que chamam de “Vitória no Iraque”, bem como medidas para o combate ao terrorismo.

Nesse documento foram definidas três etapas fundamentais. A primeira é a curto prazo, e reflecte a situação actual, em que o Iraque está a ter progressos, cumprindo as etapas políticas, combatendo o terrorismo, construindo instituições democráticas e reforçando as forças de segurança.

A segunda a médio prazo, em que o Iraque deverá assumir a liderança do combate ao terrorismo e será responsável pela sua própria segurança, com um governo constitucional. E, por fim, uma etapa a longo prazo, em que o Iraque estará unido, estável e seguro, e constituirá um parceiro internacional na guerra global ao terrorismo.

Estas etapas serão conseguidas em três domínios: o domínio político, através do envolvimento daqueles que estão fora do processo político, convidando-os a

abandonar a violência, fazendo-os ver que têm algo a ganhar com um Iraque democrático. No domínio da segurança, continuando a “limpar as áreas” que estão sob controlo inimigo, negando-lhes os seus santuários, continuando a formar as forças de segurança Iraquianas e reforçando a capacidade das suas instituições para continuarem a fornecer serviços à população, fazendo prevalecer o respeito pela lei, num incentivo à sociedade civil. Por último, no domínio económico, restaurando as infra-estruturas do Iraque para responder a uma procura crescente e às necessidades de uma economia em crescimento.

O NSC alertou, ainda, que uma derrota desta estratégia significa que os terroristas poderão destabilizar ainda mais o Médio Oriente e os povos amigos, e pôr fim ao processo crescente de impulsos democráticos na região, o que significaria que a oportunidade histórica e central para a segurança da América, a longo prazo, estaria para sempre perdida.

Em 2006, o NSC editou o mais recente documento relacionado com o terrorismo, “*Combating Terrorism*”. Neste documento está contida a visão estratégica para se vencer a Guerra contra o Terror (*War on Terror*), e passa por afirmar que esta guerra é tanto uma batalha de armas como de ideais (ideologia assassina dos terroristas). “A curto prazo, a luta passa pela aplicação dos instrumentos de Poder e influência do Estado para matar e capturar os Terroristas: negar os seus santuários (*Safe Havens*) e a possibilidade de controlar qualquer Estado; prevenir o acesso às ADM; tornar potenciais alvos terroristas menos atractivos através do reforço da segurança; acabar com as fontes de financiamento e outros recursos que eles necessitem para sobreviver.

A longo prazo, vencer esta guerra contra o terror significa ganhar a guerra dos ideais. Os ideais podem transformar um amargurado e desiludido assassino, com vontade para matar milhares de inocentes, numa pessoa livre, que viva de forma harmoniosa numa sociedade diversificada. Os EUA continuarão a guiar o esforço internacional na persecução de duas visões:

- A derrota do extremismo violento como ameaça da nossa forma de viver em liberdade e em sociedades abertas; e
- A criação de um ambiente global inóspito ao extremismo violento e a todos os que o apoiam” (2006: 9).

A vitória a longo prazo consegue-se através da implementação de uma democracia eficiente.

A curto prazo, este documento particulariza as seguintes medidas:

- Prevenção de ataques de redes terroristas;
- Negar a entrada de terroristas nos EUA e dificultar as deslocações internacionais;
- Defender potenciais alvos de serem atacados;
- Negar o acesso a ADM a Estados falhados e a Estados aliados dos terroristas (2006: 10-14).

Como está explanado nestes dois documentos, o terrorismo, em geral, e o transnacional de cariz islâmico, em particular, afirmam-se como o inimigo “Numero 1” dos EUA, e as modalidades de acção estratégicas seguidas apontam para um combate nos domínios económico, político e da segurança.

No que respeita à política de combate ao terrorismo por parte da UE, importa abordar, numa primeira fase, um estudo encomendado à Rand Europa, para depois falarmos do “documento Solana”.

O Ministro da Justiça Holandês solicitou à Rand Europa⁴² um estudo que permitisse avaliar as medidas políticas de combate ao terrorismo implementadas por alguns países da UE após o 11 de Setembro. Nesse documento é possível analisar o sistema de combate ao terrorismo de cada um dos países da Europa.

As medidas adoptadas foram delineadas por cada país ao mais alto nível através da constituição de grupos de tarefa, e centravam-se nos seguintes pontos:

- Aumento da segurança e vigilância da aviação comercial e
- Reforço no controlo de fronteiras;
- Aumento da recolha e partilha de informação interna e internacional;
- Todos esses países empenharam-se em negociações ao nível da NATO, UE e ONU, traduzindo-se num aumento do investimento nas medidas preventivas contra o terrorismo, melhoramento ao nível da justiça/ sistema legal (processos céleres);
- Foram desenvolvidas listas de terroristas, congeladas as suas contas (maior atenção à lavagem de dinheiro);
- Foram adoptadas medidas de combate ao terrorismo “emanadas” da ONU;

⁴² The *RAND Corporation* é uma organização de fins não lucrativos, de origem Norte-americana, que procura a melhoria das políticas e a ajuda às decisões através da pesquisa e análise em diversas áreas que vão desde a saúde e bem-estar, economia, segurança e relações internacionais, entre outras (www.rand.org).

- Foram melhoradas e aperfeiçoadas medidas preventivas para fazer face ao terrorismo (Ferreira, 2006:107-108).

A UE implementou, em 2003, num documento elaborado por Javier Solana, “*A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*”, onde considera o terrorismo uma ameaça para a segurança dos Estados porque, “o terrorismo põe vidas em risco, implica custos avultados, procura abalar a abertura e a tolerância das nossas sociedades e representa uma crescente ameaça estratégica para toda a Europa. Os movimentos terroristas dispõem, cada vez mais, de recursos importantes, estão ligados entre si através de redes electrónicas e mostram-se prontos a recorrer a uma violência sem limites com o objectivo de causar um grande número de vítimas”.

“O cenário mais assustador é o da aquisição de armas de destruição massiva por parte de grupos terroristas. Se tal acontecesse, um pequeno grupo teria capacidade para infligir danos a uma escala que antes se encontrava apenas ao alcance dos Estados e dos exércitos” (2003: 3) (tradução livre).

Em 30 de Novembro de 2005, a UE aprovou uma Estratégia antiterrorista que se baseia em quatro vertentes: Prevenção, Protecção, Perseguição e Resposta.

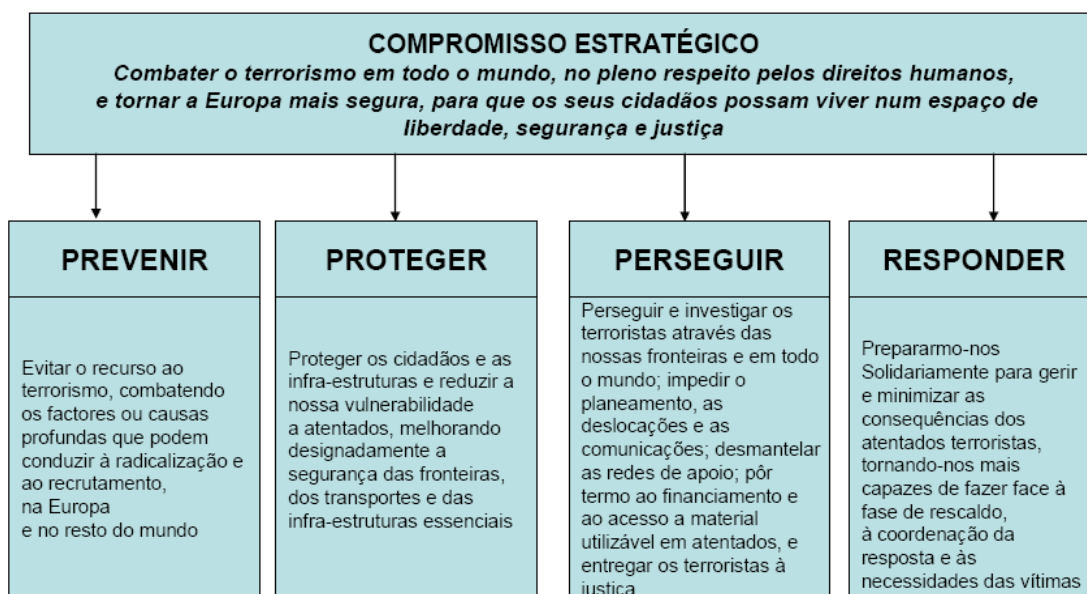


Fig. N.º 3 - Esquema que representa a estratégia antiterrorista da UE

(Retirado de: register.consilium.europa.eu)

Nesta nova estratégia, “Prevenir” traduz-se por:

- “Definir abordagens comuns para detectar e combater os comportamentos de risco, designadamente a utilização abusiva da Internet;

- Combater a instigação e o recrutamento, designadamente em meios-chave como as prisões, locais de formação ou culto religioso, *inter alia* mediante a implementação de legislação que criminalize esses comportamentos;
- Desenvolver uma estratégia de informação sobre as políticas da UE a nível dos media e da comunicação;
- Promover a boa governação, a democracia, a educação e a prosperidade económica através dos programas de assistência da Comunidade e dos Estados-membros;
- Desenvolver o diálogo intercultural no interior e no exterior da União;
- Adoptar uma linguagem objectiva para debater os problemas;
- Continuar a investigar e a partilhar análises e experiências, a fim de melhorar a nossa percepção dos problemas e de elaborar respostas políticas” (UE: 2005).

A UE define como prioridades da vertente “Proteger”:

- “Realizar melhorias no que diz respeito à segurança dos passaportes da UE através da introdução de dados biométricos;
- Implantar o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e a segunda geração do Sistema de Informação de Schengen (SIS II);
- Desenvolver, através da Agência Europeia de Fronteiras (FRONTEX), uma análise de risco eficaz nas fronteiras externas da UE;
- Implementar as normas comuns acordadas em matéria de segurança da aviação civil e de segurança portuária e marítima;
- Aprovar um programa europeu para a protecção das infra-estruturas essenciais;
- Utilizar da melhor forma possível a actividade de investigação a nível da UE e da Comunidade” (UE: 2005).

“Perseguir”, quer dizer:

- Reforçar as capacidades nacionais de luta antiterrorista, à luz das recomendações da avaliação, pelos pares, dos mecanismos nacionais de luta contra o terrorismo;
- Tirar o máximo partido da Europol e da Eurojust e facilitar a cooperação policial e judiciária, e continuar a integrar as análises da ameaça efectuadas

pelo Centro de Situação Conjunto na elaboração das políticas de luta contra o terrorismo;

- Desenvolver mais o reconhecimento mútuo das decisões judiciais, nomeadamente através da adopção do mandado europeu de obtenção de provas;
- Assegurar a plena implementação e avaliação da legislação em vigor, bem como a ratificação dos tratados e convenções internacionais pertinentes;
- Desenvolver o princípio da disponibilização da informação em matéria de aplicação da lei;
- Resolver o problema do acesso dos terroristas a armas e explosivos, desde as peças para explosivos artesanais a material NBRQ” (UE, 2005).

E, por fim, o significado de “Responder”:

- “Aprovar, a nível da UE, dispositivos de coordenação em caso de crise e respectivos procedimentos operacionais de acompanhamento;
- Rever a legislação relativa ao Mecanismo Comunitário de Protecção Civil;
- Desenvolver a análise de risco como base para a criação de capacidades de resposta a atentados;
- Melhorar a coordenação com as organizações internacionais no que respeita à gestão da resposta a atentados terroristas e outras catástrofes;
- Partilhar boas práticas e definir abordagens em matéria de prestação de assistência às vítimas do terrorismo e respectivas famílias” (UE, 2005).

Procedendo à análise destas duas estratégias, um dos erros conceptuais é declarar a guerra a determinado grupo ou grupos terroristas. A “guerra ao terrorismo” insere-se no domínio da conflitualidade⁴³ armada, em que um dos seres em confronto é intangível, pois não se “conhece o seu rosto” (excepto alguns líderes) e que opera à margem de um território (domínio transnacional), assim, claramente estamos fora daquilo que se entende pelo espectro da guerra⁴⁴. Esta é também a opinião de Jeffrey Record, professor do Departamento de Estratégia e Segurança, do Colégio de Guerra Aérea da Força Aérea Norte-americana, que

⁴³ Segundo J. Freund, consiste num afrontamento intencional entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, um em relação ao outro, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manterem, afirmarem ou restabelecerem esse direito procuram quebrar a resistência do outro, eventualmente pelo recurso à violência física, a qual pode tender, se necessário, ao aniquilamento físico (Couto, 1988: 100).

⁴⁴ Classificações de Guerra, preconizado pelo Gen. Abel Cabral Couto (1988: 152).

afirma que estas operações se inserem mais no âmbito das “operações militares que não de guerra”⁴⁵, operações policiais ou operações de informações (Rodrigues citando Record, 2004: 204).

É conveniente recordar que se coloca a questão de que, se um Estado declara guerra ao terrorismo, qual deverá ser dado o estatuto de prisioneiro de guerra a um terrorista capturado? Se estamos em guerra contra o terrorismo, os presos de Guantanamo deveriam estar cobertos pela Convenção do Direito Humanitário, pela Convenção de Genebra? Questões como estas tornam esta problemática ainda mais complexa.

Assim, podemos concluir que a terminologia empregue pelos EUA de guerra ao terrorismo ou guerra contra o terror não é particularmente feliz do ponto de vista conceptual, embora reconheçamos que possa ser extremamente eficiente do ponto de vista do Marketing Político, uma vez que impele os cidadãos para uma “chamada às armas” que pretende a mobilização do povo americano em volta de uma causa comum. Digamos que, enquanto expressão mobilizadora poderá ser feliz, enquanto expressão política é um “tiro no pé”, pois cremos que será ainda necessário esperar muito para que se possa declarar vitória nesta guerra.

Feita esta primeira aproximação analítica, verificamos que, após o 11 de Setembro de 2001, foi comum aos EUA e à UE, bem como a algumas organizações internacionais (ONU e NATO), a adopção de políticas ou estratégias de combate ao terrorismo. Nessas estratégias e políticas existem medidas preventivas, como o reforço da segurança, o controlo da aviação comercial e espaço aéreo, o controlo de matérias susceptíveis de serem utilizadas em ADM (*Proliferation Security Initiative*⁴⁶) e, nalguns casos, medidas coercivas, como foram exemplo as intervenções no Afeganistão e no Iraque, em que os EUA e alguns países aliados coligaram-se em torno de dois factores: a democratização de Estados Falhados e o combate Global ao terrorismo e aos Estados que os apoiem (Estados Párias).

A divergência de opinião entre os EUA e a UE começa pela determinação de Estados Párias, em que os EUA incluem o Irão, Coreia do Norte, Sudão, Síria e Cuba; enquanto que a UE define como ameaça, entre outras, os conflitos regionais que ocorrem na Península da Coreia, Médio Oriente, Caxemira e na região dos

⁴⁵ Military Operations Other Than War, embora estas operações já não façam parte da doutrina americana, faziam-no à altura da publicação da análise do Sr. Record.

⁴⁶ Os EUA lançaram, em 2003, uma iniciativa contra a proliferação de ADM, da qual Portugal foi signatário.

grandes lagos; e, por outro lado, os Estados Falhados, que são vistos como focos potenciais de instabilidade, sendo citados países como a Libéria, a Somália ou o Regime Talibã no Afeganistão.

Outra diferença significativa prende-se com a noção de prevenção e de preempção. Assim, no discurso estratégico, prevenção significa pré-posicionamento de forças perante uma eventual ameaça e insere-se na gestão de crises e conflitos. A acção preventiva desencadeia-se para evitar uma escalada ainda maior, recorrendo à força e, paralelamente, evitando a agressão do “inimigo”. A noção de preempção tem sido utilizada no campo da “legítima defesa” para caracterizar um acto militar em antecipação a um ataque iminente. Porém, este conceito tem sido utilizado na nova doutrina americana contra as novas tipologias de ameaça, da qual o terrorismo faz parte, quando o factor ameaça não é iminente, ou seja, utiliza-se o conceito preventivo em vez do preemptivo, embora o primeiro, à luz do direito internacional, só possa ser aceite se for autorizado pelo Conselho de Segurança da ONU. Mesmo o conceito preemptivo de legítima Defesa é muito discutível e subjectivo, uma vez que o terrorismo é intangível e imprevisível. Quando passamos para o domínio de um Estado, entramos ainda num ambiente mais controverso, porque estamos a tratar de um princípio de não ingerência nos assuntos internos e, por outro lado, da avaliação da urgência, ou não, da acção militar (Tomé, 2005).

Também patente na nova estratégia de combate ao terrorismo dos EUA está a questão da democratização mundial dos Estados⁴⁷. Contudo, não está provado que existe uma ligação directa entre a diminuição ou a erradicação do terrorismo com a implementação da democracia, apenas está provada uma ligação entre a democracia e a facilidade de executar um acto terrorista (por ser mais permeável do que em regimes autocráticos, que tradicionalmente são mais fechados).

Julga-se, também, que os EUA têm um papel fundamental ao nível de exemplo, pois, é sabido que, no passado, apoiaram regimes autocráticos na tentativa de ganharem relevância política e económica (geopolítica e geoeconomia) numa determinada região, regimes que mais tarde se revelaram autênticos santuários para o terrorismo⁴⁸. É conhecido o apoio dos EUA a alguns regimes autocráticos no Médio Oriente, como a Jordânia e a Arábia Saudita., contrários aos

⁴⁷ Já patente na *NSC for combating terrorism*, publicada em Fevereiro de 2003.

⁴⁸ Afeganistão durante a ocupação soviética e Iraque nos anos oitenta.

ideais de “democratização dos estados”, levando a que essas relações sejam encaradas, no plano internacional, como contraproducentes⁴⁹.

Outro aspecto da política externa Norte-americana prende-se com o apoio a Israel e a clara incapacidade que tem existido no estabelecimento de uma via para a paz no conflito israelo-palestiniano, o que constitui um potencial útil ao desenvolvimento dos ideais propalados pelo terrorismo islâmico.

A expressão corrente, “dois pesos e duas medidas”, não se deve aplicar na luta contra o terrorismo liderada pelos EUA e apoiada pelos seus aliados, sob pena de pôr em causa toda a configuração do sistema internacional e, consequentemente, o papel da ONU.

Mas como vamos combater o terrorismo transnacional e, mais concretamente, o de cariz islâmico da *Al-Qaeda*?

Concorda-se com a visão Norte-americana de que o combate não é só militar ou no domínio da *Information Warfare*, mas também no domínio das ideologias, ou seja, da conquista dos corações e das mentes. Esta ideia também é suportada pelo já citado jornalista Paul Eddel, “a campanha da informação e a guerra das ideias⁵⁰ é importante para todo o esforço de guerra global e será determinante para podermos separar os muçulmanos dos *Jihadistas*” (Greenberg, 2007: 165).

Do ponto de vista filosófico e “olhando” para o conceito de Kant, enunciado no final do século XVIII em “A paz perpétua”, ele reflectia a ideia de que todos os Estados deveriam ter uma “Constituição Republicana”, o que também foca o conceito da “grande federação de Estados” (ideia precursora da sociedade das nações). Ora, estes conceitos têm de ser analisados à luz da era em que Kant viveu (Iluminismo). Extrapolando para os nossos dias, isso poder-se-ia comparar aos mecanismos de democratização dos Estados fragilizados e à ideia de que só com boa governação é que se poderá conseguir alcançar a paz mundial. Paralelamente, esta ideia vem também ao encontro da “Lei” das Relações Internacionais, que diz que “as democracias não fazem guerra entre elas”, e que poderá estar na génese desta política externa Norte-americana.

⁴⁹ Várias entidades privadas Sauditas financiaram durante anos a *AL Qaeda* e o governo ignorava esse problema. No entanto, notícias recentes referem que as autoridades Sauditas fecharam algumas associações islamitas, na sequência de duras críticas de *Washington* em relação à canalização de verbas para grupos terroristas ligados à *Al Qaeda* (Madeira, 2005: 164-165).

⁵⁰ Termo utilizado pelo NSC na “Global War on Terrorism” para definir uma das formas de luta contra o terrorismo a longo prazo.

É difícil antever se esta política de democratização de Estados pode ser viável, mas, do ponto de vista teórico e em suporte de medidas relacionada com o *State Building*, que visam criar as estruturas básicas de um Estado (saúde, justiça, segurança), e com o devido acompanhamento internacional liderado pela ONU, poderemos conseguir minimizar o terrorismo de cariz religioso porque, como vimos, ele também estará relacionado com a instabilidade social de um Estado.

Todavia, o terrorismo também se combate com medidas de segurança e militares. Estas últimas são, desde logo, utilizadas para a destruição física de campos de treino terroristas, com operações como a Active Endeavour, que se realiza no Mediterrâneo desde Outubro de 2001, onde navios e aeronaves da Nato controlam todo o espaço aero-naval, de forma a garantir que não aconteçam actos terroristas praticados a partir e/ou no mar e, paralelamente, actuar no mar para evitar e negar o tráfego de pessoas, o contrabando de armas e de substâncias radiológicas naquela região do globo⁵¹. Esta operação nasce imediatamente após o 11 de Setembro e constitui uma das oito medidas estratégicas para fazer face ao terrorismo (NATO, 2007). Neste ambiente de “contra-terrorismo militar” e para enfrentar este tipo de inimigo, houve necessidade de rever procedimentos e desenvolver novos conceitos doutrinários no que concerne à protecção de força (*force protection*) através da criação de medidas tácticas pré-estabelecidas⁵².

Ao nível da segurança, julga-se importante trazer a este estudo a opinião do Comandante Silva Ribeiro, relacionada com as acções potenciadoras para um combate eficaz ao terrorismo. A esse propósito, podemos enunciar as seguintes acções:

- Criar em cada país centros especializados no combate ao terrorismo com a capacidade de coordenar esforços com todos os sectores de segurança;
- Criar, ao nível da NATO e da UE, centros idênticos, partilhando bases de dados comuns;
- Rever a legislação de cada país e definir a capacidades de cada serviço no combate;

⁵¹ Desde o início desta operação Naval e até Julho de 2006, já foram vistoriados 79 000 navios. Navios da federação Russa e navios Ucranianos já participaram nesta operação e, actualmente, existe partilha de informação com os Israelitas. Portugal contribuiu com navios, integrados na STANAFORLANT (mais tarde SNMG1), e aeronaves P3P Orion.

⁵² Portugal produziu um *EXTAC* (doutrina experimental) para a protecção das forças Navais, quando operam em águas restritas.

- Interoperabilidade dos serviços de informações seja objecto de melhorias internas, como ao nível externo em ambientes multinacionais;
- Os serviços de informações devem ter especial atenção ao crime organizado, lavagem de dinheiro e a proliferação de ADM;
- Melhorar os recursos humanos dos serviços de informações, para recrutarem quadros cada vez mais aptos;
- As redes de pesquisa de informação no exterior deverão ser desenvolvidas e mantidas com um nível de actuação compatível com a natureza desta ameaça;
- Dispor de grupos secretos para actuação no exterior, dedicados à identificação e neutralização de alvos terroristas.

O autor defende, ainda, que “os políticos Europeus não parecem ter desenvolvido uma consciência estratégica relativamente ao combate ao terrorismo, à semelhança dos seus congéneres Norte-americanos”(2005: 130-131). Esta afirmação pode ser reforçada com a opinião da Professora Doutora Maria do Céu Pinto que, relativamente à Europa, afirma que, “ devido à liberalidade e à tradição de acolhimento e de concessão de asilo político, a Europa tornou-se um lugar de refúgio de numerosos radicais e terroristas, especialmente a capital Londrina. A despeito da generosa política de acolhimento europeu, esses extremistas do púlpito das mesquitas plantam as raízes do ódio, vociferam ameaças contra a Europa e architectam ataques contra alvos no velho continente” (Pinto, 2004: 453).

Gostaríamos de terminar este subcapítulo reforçando a ideia de que a ameaça terrorista é extremamente volátil e mutante, tal como nos diz o Juiz francês Jean-Louis BruGuière, um dos melhores especialistas em *Al-Qaeda* na Europa, comparando-a ao vírus da SIDA, afirma que “a *Al-Qaeda* sofre mutações, muda e, quando se acredita terem sido encontrados meios eficazes para o combater, ele reaparece numa nova forma ainda mais perigosa” (Greenberg, 2007: 82).

5. CONCLUSÕES

Vamos agora tecer as nossas conclusões e, para tal, iremos começar por responder às questões derivadas, proceder à validação das hipóteses formuladas na introdução e, por último, responder à questão central do nosso estudo.

Relativamente à primeira questão derivada, “De que forma o mundo globalizado influencia o terrorismo transnacional?”, podemos afirmar:

O terrorismo, desde os primeiros relatos históricos das acções terroristas do grupo Zelotas, até ao terrorismo transnacional de cariz islâmico, sofreu uma evolução que se materializou, essencialmente, na adaptação das organizações terroristas ao mundo actual através de novas tipologias organizacionais, de que são exemplo as estruturas em rede, que estão em sintonia com a liberdade de acção que os terroristas pretendem e conseguem ter, para agir e se sustentar no tempo. Contudo, os princípios gerais do terrorismo mantêm-se como denominador comum desta evolução, o que é verificado com a publicitação do acto terrorista e o efeito de terror que pretendem causar no alvo.

O terrorismo transnacional preconizado pela *Al-Qaeda* utiliza a globalização para actuar e sobreviver. Julga-se, assim, que se trata de um subproduto do referido fenómeno, na medida em que utiliza conceitos organizacionais modernos e actuais, e explora politicamente alianças para poder ter projecção mundial. Esta organização manipula, de forma muito eficaz, os órgãos de comunicação social e o ciberespaço, com o intuito de criar a sensação de falta de segurança no Ocidente e difundir a sua mensagem visando a captação de apoios no mundo islâmico. As suas formas de financiamento explanam bem a utilização da desterritorialização para a camuflagem da proveniência dos seus fundos.

Do ponto de vista dos objectivos, podemos defini-los como “Uni-Multipadrão”, porque na nossa opinião por um lado, são “Unipadrão” por apresentarem um padrão único no domínio do combate aos heréticos e desse modo conseguem a adesão de inúmeros movimentos subversivos e grupos terroristas e, por outro, são “Multipadrão”, por serem múltiplos e variarem de grupo para grupo, de célula para célula e consequentemente, possuem objectivos diferentes de local para local ou de região para região.

Julgamos, assim, que o terrorismo transnacional é um fenómeno que nasceu, cresceu e sobrevive, fazendo uso da globalização, e consideramos provada a primeira hipótese formulada, “o terrorismo transnacional é uma evolução do terrorismo tradicional/nacionalista fruto da adaptação ao mundo actual”.

No que concerne à segunda questão derivada, “Qual a ligação do terrorismo transnacional com o fanatismo religioso?”, consideramos que:

Um quarto das organizações terroristas a nível mundial são motivadas por questões religiosas, e, nelas, a maioria é de origem Islâmica, sendo a sua maior incidência nas regiões do Médio Oriente, na Ásia do Sul, Sudeste e Central, ou seja, regiões fortemente islamizadas. Este fenómeno também se explica porque a fronteira entre a

política e a religião Islâmica é muito ténue, sendo que, com frequência, os objectivos políticos não se conseguem dissociar dos religiosos.

A radicalização do Islão deu-se nos anos 60 e 70 do século passado, em resposta a Estado fortes, autocráticos e nacionalistas que surgiram no Médio Oriente, mais concretamente no Egipto, na Arábia Saudita e na Jordânia. Inicialmente, estes movimentos subversivos não tinham ambições revolucionárias directas, e organizavam-se em torno das mesquitas, empenhando-se em suprimir as carências da ausência de um Estado social (educação, saúde, desemprego e assistência e enquadramento da juventude). Estes movimentos concorriam, ainda, para a aplicação dos ensinamentos dos textos sagrados na vida quotidiana, com o paradigma de que a virtude dos indivíduos contribui para uma sociedade melhor e, conseqüentemente, atingir, através da religião, o ideal da criação de um Estado único para todos os muçulmanos governados pela lei Islâmica – *Sharia* – ou seja, os fundamentos de uma sociedade baseiam-se na ideia de que o Islão constitui um sistema global e totalizador na sua estrutura e nos seus fundamentos.

A palavra *Jihad* – esforço no caminho de Deus – suscita inúmeras interpretações no mundo islâmico, fruto da não existência da figura de um líder religioso na religião islâmica, ao contrário do que acontece na religião católica, com o Papa, o que, a existir, certamente atenuaria as divergências.

O islamismo, na sua vertente mais radical ou extremista, os Salafitas, opta pelo significado de *Jihad* como o “combate pelas armas”.

Os Salafitas pretendem purificar a religião, desprovê-la de qualquer inovação e, por esse facto, rejeitam os partidos políticos islâmicos ocidentalizados, considerando heréticos os *Xiitas* e os *Sufis*.

É nesta corrente ideológica que se insere a *Al-Qaeda*, que preconiza um grande califado islâmico mundial que reúna todos os países muçulmanos obedecendo à *Sharia*.

Consideramos provada a segunda hipótese formulada: A actual “Jihad” adoptou o terrorismo transnacional como a nova forma de luta.

A terceira questão derivada, “Como se deverá proceder ao combate do terrorismo transnacional de origem religiosa, sabendo que está associado a outras ameaças à segurança dos Estados, como são o crime organizado e a proliferação das armas de destruição massiva?”, conduz-nos às seguintes conclusões:

Ao relacionarmos o terrorismo transnacional com criminalidade organizada, parece-nos que as redes de promoção e exploração da imigração ilegal, cujo destino é o mundo Ocidental, facilitam a «entrada» de terroristas, na medida em que as sociedades liberais e tolerantes, em especial na Europa, garantem a estes grupos e seus operacionais o ambiente ideal para se imiscuírem no meio ambiente. Por outro lado, o tráfico de droga e de armas faz com que as ligações entre estas ameaças coexistam.

No que concerne à ligação da ameaça terrorista transnacional com o desenvolvimento e a proliferação não regulada de armas de destruição massiva, ainda que este seja entendido como o «pior cenário», a possibilidade de aceder a materiais nucleares parece ter alguma credibilidade, sobretudo dada a desagregação da antiga União Soviética, e também porque é conhecido o facto de algumas instalações nucleares terem sido alvo de vigilância por parte de grupos terroristas, com o possível objectivo de furtar material radioactivo.

Poderemos, ainda, concluir que, na União Europeia, o terrorismo transnacional não parece ter desenvolvido a atenção estratégica necessária para promover um combate eficaz, em comparação com os EUA. Isso deveu-se, essencialmente, à liberalidade e à tradição de acolhimento e concessão de asilo político, que tornou a Europa num lugar de refúgio de numerosos radicais e terroristas, especialmente a capital Londrina.

Concorda-se com a visão Norte-americana de que o combate não se restringe ao campo militar ou ao domínio da *Information Warfare*, mas também ao nível das ideologias, ou seja, na conquista dos corações e mentes das populações.

Por outro lado, é difícil antever se a política de democratização dos Estados levada a cabo pelos EUA poderá ser viável. Do ponto de vista teórico e em suporte de medidas relacionadas com o *State Building*, que visam criar as estruturas básicas de um Estado (saúde, justiça, segurança), com o devido acompanhamento internacional liderado pela ONU, poderemos conseguir minimizar o terrorismo de cariz religioso porque ele também estará relacionado com a instabilidade social de um Estado.

Consideramos provada a terceira hipótese formulada, “O terrorismo transnacional não se consegue combater apenas por acções directas, como o recurso a acções militares ou a partilha de informações entre Estados, mas em parceria com acções indirectas que visem atingir a ‘esfera ideológica’ das populações que lhes dão apoio”.

Respondendo à questão central, “de que forma podemos, no contexto do terrorismo transnacional, conhecer o inimigo?”, podemos concluir o seguinte:

Julgamos que o terrorismo transnacional de matriz Islâmica, personificado pela *Al-Qaeda*, é um movimento subversivo, que se apoia e sobrevive por ser uma organização com “múltiplas faces”, pois actua de uma forma desterritorializada, servindo-se de grupos de terroristas em todo o mundo que adoptam a sua bandeira. Com esta estratégia alcança projecção mundial, sob a égide de uma corrente de ideologia político-religiosa unificadora, a *Salafiya*. No fundo, actua como um *franchising* do terror, o que dificulta muito o seu combate, uma vez que as suas estruturas são múltiplas e em rede, e variam de país para país, o que torna difícil a antevisão de ataques.

A liberdade de acção deste género de terrorismo está intimamente ligada aos seus apoios sociais, às populações e comunidades islâmicas onde actuam e vivem, o que torna complexo o combate. Frequentemente, poderemos cair em problemas de discriminação social, racismo e, assim, abalarmos as bases ideológicas das sociedades democráticas.

O terrorismo transnacional constitui-se, deste modo, como um desafio complexo para as democracias, pois apoia-se precisamente na sua característica de sociedades abertas para desenvolverem as suas acções a partir do interior, numa estratégia de subversão pela disseminação do terror e da insegurança colectiva.

Conseguimos encontrar, no passado, organizações que utilizaram técnicas e táticas operacionais mais ou menos semelhantes, mas o êxito deste terrorismo reside na grande intensidade de uma mistura de ingredientes que lhe conferem um carácter inovador e global.

Julgamos que, actualmente, se começa a conhecer o terrorismo transnacional, a forma de actuar, os seus apoios e os seus objectivos, apesar de serem “Uni-Multipadrão”. Conhecem-se as formas de o combater, recorrendo à estratégia directa, quando possível, e à estratégia indirecta, utilizando sempre todas as estratégias gerais⁵³ (Militar, Psicológica, Económica e Política) à disposição de um Estado.

Mas só com a concertação das estratégias das potências mundiais, onde, a par dos EUA, podemos incluir a UE, a China e a Rússia, em harmonia com as estratégias de países aos quais se acredita que este terrorismo está mais ligado ou terá relações mais profundas, como na Argélia, Afeganistão, Arábia Saudita, Egipto, Indonésia, Iraque,

⁵³ Seguimos a classificação do General Cabral Couto (1988: 227-232).

Jordânia, Paquistão, Somália, Síria, entre outros, será possível diminuir a liberdade de acção e minimizar os seus actos.

Julgamos que conhecer o terrorismo transnacional é combatê-lo.

BIBLIOGRAFIA:**LIVROS (MONOGRAFIAS)**

BAÊNA, Miguel Sanches. (2006) – **Nos Bastidores do Terrorismo**. In BARBOSA, Pedro Gomes et al. – **As Teias do Terror: Novas Ameaças Globais**. Lisboa: Ésquilo. pp.115-162.

BAUER, Alain, RAUFER, Xavier (2003). **A Globalização do Terrorismo**. Lisboa: Prefácio.

BARBOSA, Pedro Gomes. (2006) – **Aproximação ao Problema do Terrorismo**. In BARBOSA, Pedro Gomes et al. – **As Teias do Terror: Novas Ameaças Globais**. Lisboa: Ésquilo. pp.13-42.

COUTO, Abel (1988). **Elementos de Estratégia – vol. I**. Lisboa: Altos Estudos Militares.

COUTO, Abel (1989). **Elementos de Estratégia – vol. II**. Lisboa: Altos Estudos Militares.

FERREIRA, Pedro Antunes (2006). **O Novo Terrorismo**. Lisboa: Prefácio. ISBN: 989-8022-10-8.

GREENBERG, Karen J. (2007). **Al-Qaeda**. Lisboa: Editorial Estampa. ISBN 978-972-33-2387-0.

LEWIS, Bernard (2002). **O Médio Oriente e o Ocidente. O que correu mal?** Lisboa: Gradiva.

PINTO, Maria do Céu, (coord.) (2006). **O Islão na Europa**. Lisboa: Prefácio.

OLIVEIRA, Diogo et al. (2007). **Terrorismo como ameaça e factor de instabilidade. Interpretação geopolítica e geoestratégica**. Trabalho de aplicação de grupo de Geopolítica. Lisboa: IESM.

MOREIRA, Adriano, (coord.) (2004). **Terrorismo**. Coimbra: Almedina. ISBN: 9789724023199.

RODRIGUES, Alexandre R. (2004). **Defesa e Relações Internacionais**. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.

SINCLAIR, Andrew (2005). **Anatomia do Terror – Uma história do terrorismo**. LISBOA: Temas e Debates.

LEGISLAÇÃO E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS

CEDN 03. (2003) – **Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Resolução de Conselho de Ministros n.º 6/2003**. DR n.º 16-I Série B de 20 Janeiro de 2003.

Military Decision on MC 472 – **NATO Military concept for defense against terrorism**. 08 of October 2002.

JOINT PUB 3-07.2. (1998) – **Joint Tactics, Techniques, and Procedures for Antiterrorism**. 17 Marc 1998.

PUBLICAÇÕES

CGNG 2005/2006. **Apontamentos das aulas de Relações Internacionais**. IESM. Pólo Junqueira. 2005

MADEIRA, Cesár M.G.Reis (2005). **Redes transnacionais de Terrorismo. Que inimigo**. In *Estratégia*. VOL. XV. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. ISBN 972-8726-59-7.

GARCIA, Francisco Proença (2006). **As ameaças Transnacionais e a segurança dos Estados. Subsídios para o seu Estudo. Negócios Estrangeiros. 9.1**, p. 339-374.

GARCIA, Francisco Proença (2007). **Descrição do fenómeno subversivo na actualidade. A estratégia da contra-subversão. Contributos Nacionais**. *Estratégia*. VOL. XVI. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica.

PINTO, Maria do Céu (2004). **A Jihad Global e o Contexto Europeu**. In *Terrorismo*. Coimbra: Almedina. ISBN: 9789724023199.

RIBEIRO, António Silva (2005). **Os serviços de informações no combate ao terrorismo**. In *Estratégia*. VOL. XV. Lisboa: Instituto Português da Conjuntura Estratégica. ISBN 972-8726-59-7.

SEQUEIRA, Jorge Manuel Dias (2005). **Segurança interna e externa face às novas realidades**. *Proelium*. VI Série N.º 4, p. 47 – 67.

THE WHITE HOUSE (2005) **The National Security Strategy of the United States of America “Victory in Iraq”**. The Washington D.C..

THE WHITE HOUSE (2006) **The National Security Strategy of the United States of America “Combating Terrorism”**. The Washington D.C..

ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

AMBY, Kristian (2003). **Organizações fundamentalistas islâmicas**. In *Janus* 2003 [referência de 04 de Novembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<http://www.janusonline.pt/docs2003/artigo_janus2003_2_2_12.doc>.

GARCIA, Francico Proença (2007). **O terrorismo transnacional – contributos para o seu entendimento**. *Revista Militar* N.º 2463 [em linha]. Abril de 2007, [referência de 12 de Outubro de 2007].

Disponível na Internet em:

<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=196>>

ICT (2000) **Targeting Terrorist Financing in the Middle East**. [referência de 09 de Dezembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<<http://www.ict.org.il/index.php?sid=119&lang=en&act=page&id=5231&str=targeting%20finance>>

NATO (2007). **Operation Active Endeavour**. [referência de 14 de Dezembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<http://www.afsouth.nato.int/JFCN_Operations/ActiveEndeavour/Endeavour.htm>

MIPT Terrorism Knowledge Base. **A Al Qaeda**. [referência de 24 de Dezembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<www.tkb.org/Group.jsp?groupID=6>

TELES, Patrícia Galvão – **A ONU e o combate ao Terrorismo** [em linha]. Lisboa: [referência de 04 de Novembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<[http:// http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2003_2_2_6_d.html](http://http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2003_2_2_6_d.html)>

RIBEIRO, José Manuel Félix – **Xiitas, Hachemitas e Israelitas num novo Oriente** [em linha]. Lisboa: [referência de 30 de Outubro de 2005].

Disponível na Internet em:

<http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2004_1_1_2_a.html>

TERRORISM RESEARCH. **International Terrorism and Security Research**. [referência de 24 de Outubro de 2007].

Disponível na Internet em:

<<http://www.terrorism-research.com/groups/categories.php>>

TOMÉ, Luís – **EUA e UE – Estratégias diferentes na Guerra contra o terrorismo** [em linha]. Lisboa: [referência de 04 de Novembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<http://www.janusonline.pt/conjuntura/conj_2005_4_1_10_a.html>

UE (2005) **Estratégia Antiterrorista da UE** [referência de 05 de Abril de 2008].

Disponível na Internet em:

<register.consilium.europa.eu/pdf/pt/05/st14/st14469-re04.pt05.pdf>

UNODC (2000). **United Nation Convention against transnational organized crime** [referência de 02 de Dezembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<<http://www.unodc.org/art/docs/Convention%20on%20transnational%20organized%20crime%202000.pdf>>

WILLIAM, Phil (2007). **Terrorism, Organized Crime, and WMD Smuggling: Challenge and Response. Strategic Insights**, Volume VI, Issue 5 [em linha]. August 2007, [referência de 12 de Dezembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<[http:// www.ccc.nps.navy.mil/si/2007/Aug/williamsAug07.pdf](http://www.ccc.nps.navy.mil/si/2007/Aug/williamsAug07.pdf)>

WHITE HOUSE (2002). **The National Security Strategy of the United States of America** [em linha]. Washington [referência de 27 de Novembro de 2007].

Disponível na Internet em:

<<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf>>

ANEXO A
AL-QAEDA, DADOS ESTATÍSTICOS

ATENTADOS: ÁFRICA		PERÍODO 01/01/1990 - 12/26/2007	
PAÍS	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
QUÊNIA	3	5080	226
TANZÂNIA	1	77	11
TUNISIA	1	20	15
TOTAL	5	5177	252

DESCRIÇÃO	
QUÊNIA	ATAQUE A AEROPORTO (NOVEMBRO. 28, 2002)
	ALVO DIPLOMÁTICO (AGOSTO. 7, 1998)
	TURISTAS (NOVEMBRO. 28, 2002)
TANZÂNIA	ALVO DIPLOMÁTICO (AGOSTO. 7, 1998)
TUNÍSIA	ATAQUE A FIGURAS RELIGIOSAS OU INSTITUIÇÕES (ABRIL 11, 2002)

ATENTADOS: SUDESTE ASIÁTICO		PERÍODO 01/01/1990 - 12/26/2007	
PAÍS	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
INDONÉSIA	1	149	13
TOTAL	1	149	13

DESCRIÇÃO	
ALVO ECONÓMICO (AGOSTO. 05, 2003)	

ATENTADOS: MÉDIO ORIENTE		PERÍODO	
		01/01/1990 - 12/26/2007	
PAÍS	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
IRAQUE	2	80	35
ARÁBIA SAUDITA	11	269	87
SÍRIA	1	1	0
TURQUIA	2	750	53
IÊMEN	1	39	17
TOTAL	17	1139	192

DESCRIÇÃO	
IRAQUE	ALVO ECONÓMICO (DEZEMBRO . 17, 2003)
	ALVO GOVERNAMENTAL (OUTUBRO, 12, 2003)
ARÁBIA SAUDITA	HEZBOLLAH & AL-QAEDA – ALVO MILITAR (NOV,13,1995)
	ALVO ECONÓMICO (MAIO, 12, 2003)
	ALVO GOVERNAMENTAL (MAIO, 30, 2004)
	OUTROS ALVOS (JUNHO, 13, 2004)
	OUTROS ALVOS (JUNHO, 8, 2004)
	ALVOS PRIVADOS & PROPRIEDADES (JUNHO, 20, 2004)
	ALVOS PRIVADOS & PROPRIEDADES (NOVEMBRO, 8, 2003)
	ALVOS PRIVADOS & PROPRIEDADES (FEVEREIRO, 24, 2006)
SÍRIA	ALVO DIPLOMÁTICO (ABRIL, 27, 2004)
TURQUIA	ALVO DIPLOMÁTICO (NOVEMBRO, 20, 2003)
	ATAQUE A FIGURAS RELIGIOSAS OU INSTITUIÇÕES (NOVEMBRO 15, 2003)
IÊMEN	ALVO MARÍTIMO (OUTUBRO, 12, 2000)

ATENTADOS: AMÉRICA		PERÍODO	
		01/01/1990 - 12/26/2007	
PAÍS	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
EUA	3	2337	2982

DESCRIÇÃO	
EUA	ALVO ECONÓMICO (SETEMBRO. 11, 2001)
	ALVO GOVERNAMENTAL (SETEMBRO. 11, 2001)
	ALVO GOVERNAMENTAL (SETEMBRO. 11, 2001)

ATENTADOS: ÁSIA (SUL)		PERÍODO	
		01/01/1990 - 12/26/2007	
PAÍS	INCIDENTES	FERIDOS	BAIXAS
AFEGANISTÃO	3	53	25
BANGLADESH	2	0	0
PAQUISTÃO	1	9	0
TOTAL	6	62	25

DESCRIÇÃO	
AFEGANISTÃO	TALIBÃ & AL-QAEDA - ALVOS PRIVADOS & PROPRIEDADES (JULHO, 23, 2006)
	ATAQUE AEROPORTO (AGOSTO, 20, 2003)
	ATAQUE A FIGURAS RELIGIOSAS OU INSTITUIÇÕES (JUN,01,2005)
BANGLADESH	ALVOS GOVERNAMENTAIS (FEVEREIRO, 3, 2006)
	ALVOS GOVERNAMENTAIS (FEVEREIRO, 3, 2006)
PAQUISTÃO	ALVO ECONÓMICO (OUTUBRO, 28, 2004)

Fonte: Todos os quadros estatísticos patentes neste anexo foram retirados do MIPT Terrorism Knowledge Base.

APÊNDICE A

QUADRO CONCEPTUAL

Neste apêndice do nosso estudo vamos caracterizar alguns conceitos que estarão patentes no decurso deste trabalho, por forma a uma melhor compreensão do seu conteúdo e, assim, podermos conceptualizar o terrorismo nas suas diferentes tipologias, estruturas e estratégias de acção.

Começaríamos por caracterizar o que se entende por ameaça, definindo-a como “qualquer acontecimento ou acção (em curso ou previsível) que contraria ou pode contrariar a consecução de um objectivo que, normalmente, é causador de danos, materiais ou morais ” (Couto, 1988, p.329).

Interessa, no contexto deste trabalho, abordar a nova tipologia de ameaças, também denominadas por “Ameaças Transnacionais”. Assim, podemos adoptar a definição “do Congresso Norte-americano que as define como:

- (1).Qualquer actividade transnacional (incluindo o terrorismo internacional, o tráfico de droga, a proliferação de armas de destruição massiva e os seus vectores de projecção, e o crime organizado) que ameace a segurança nacional”;
- (2).Qualquer indivíduo ou grupo que intervenha em actividades referidas no parágrafo anterior” (Garcia, 2006, p.345).

Por outro lado, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) tipifica as ameaças transnacionais que considera mais importantes e discrimina como sendo:

- O terrorismo nas suas mais variadas formas;
- O desenvolvimento e proliferação não regulados de armas de destruição massiva, bem como dos respectivos meios de lançamento;
- O crime organizado transnacional;
- Os atentados ao ecossistema.

Partindo de uma das ameaças mais actuais e que interage com o terrorismo transnacional, o Crime Organizado Transnacional, apresentamos a definição da ONU, que o define como uma “estrutura de três ou mais pessoas, que existem a um período de tempo e actuam de forma concertada com o objectivo de fazer ‘serious crime’⁵⁴ ou

⁵⁴ Não traduzido, a ONU definiu um quadro legal para enquadrar este tipo de crimes de, pelo menos, 4 anos ou mais anos de privação de liberdade.

ofensas estabelecidas nesta convenção⁵⁵, para obterem, directamente ou indirectamente, benefícios financeiros ou outro tipo de benefícios materiais”. Tradução livre (UNODC, 2000)

Do ponto de vista da estratégia⁵⁶ de actuação, é importante falarmos da estratégia directa que “assenta na procura da decisão (ou da dissuasão), através do emprego (ou da ameaça do emprego) de forças militares, consideradas como o meio de coacção principal” (Couto, 1988, 347); em contraponto à estratégia indirecta que “visa atingir os objectivos fixados essencialmente pelas formas de coacção não militares, desempenhando os meios militares apenas um papel auxiliar. A imposição da vontade será obtida, fundamentalmente, pelo desequilíbrio do adversário, mais do que pelo seu esmagamento físico” (Couto, 1988, 359). Assim, podemos agora discriminar que, no âmbito da estratégia directa, a Dissuasão, “em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coacção em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora” (Couto, 1989, p.59); desempenha uma das modalidades de acção mais utilizadas pelos grupos terroristas, quando ameaçam um Estado ou grupo de Estados e, ou, grupo de cidadãos, como foi exemplo recente o cancelamento da edição de 2008 do Lisboa-Dakar devido a acções da “delegação” da *Al-Qaeda* do Magreb. Mas, sem dúvida, a modalidade acção estratégica mais usada (estratégia directa) é a Acção militar de atrito⁵⁷, ou seja, o desgaste continuado e quase intemporal no opositor (Estado ou grupo de Estados) e as Acções sucessivas, manobra que consistirá numa série de acções (sucessivas) aparentemente modestas, entrecortadas por pausas, e nas quais se combinam a ameaça directa, a pressão indirecta e acções militares rápidas, mas limitadas, e que entram no espírito da estratégia indirecta (Couto, 1988: 298-302)

⁵⁵ “organizing, directing, aiding, abetting, facilitating or counseling the commission of serious crimes involving an organized criminal group” (UNODC 2000).

⁵⁶ “Ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que suscitem, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988: 209).

⁵⁷ “Táctica adequada que combine a manobra com acções de flagelação, se consiga evitar a batalha e, ao mesmo tempo, desgastar o IN, material e psicologicamente, até se obter uma situação e favorável” (Couto, 1988:301).

O conceito de Estado⁵⁸ também merece reflexão. Será muito abordado neste trabalho, quer do ponto de vista do apoio ao terrorismo, “Estados párias” ou Estados patrocinadores do terrorismo, ou porque as suas estruturas colapsaram, denominados de Estados falhados, e que, apesar de serem Estados legítimos do ponto de vista internacional (reconhecidos na ONU), falham no campo interno, não possuindo ordem interna (conflitos armados) (e.g. Guiné Bissau em 1998) - condições ideais para o surgimento de grupos terroristas que aí se instalam para poderem agir de acordo com os seus interesses, criando, por exemplo, campos de treino ou plataformas logísticas (CGNG, 2005).

A globalização vai, inevitavelmente, ser focado neste trabalho, dado que o objecto principal do estudo – o terrorismo transnacional – é um fenómeno sem território fixo e que utiliza os mais modernos meios para obter informação, para se deslocar e poder actuar, como também está patente na definição adoptada, onde se afirma que o “terrorismo transnacional é uma organização de raiz não-estatal que opera através de fronteiras internacionais e que não restringe as suas acções a um espaço físico ou a um Estado específico. Normalmente, a par das motivações culturais, o grupo é movido por uma forte motivação racional que lhe permite a selecção dos alvos de acordo com o seu valor estratégico” (Joint Pub 3-07.2). Poderemos referir-nos à globalização “tendo em consideração o factor da contracção do espaço-tempo, a aceleração das interdependências entre os actores, a erosão das fronteiras, a extensão das redes à escala mundial, a intensidade dos padrões (cuja intensidade dos fluxos ultrapassa as próprias sociedades) e o impacto em todas as actividades e sectores que compõem a sociedade actual. Será então um processo que corporiza uma transformação espacial alterando a organização social em termos de extensão, intensidade e velocidade de impacto, gerando fluxos transcontinentais ou inter-regionais, redes de actividade, interacção e exercício de poder” (Menezes citado em Oliveira, 2007: 3).

Outros conceitos, para os quais é essencial a nossa compreensão, respeitam: à Segurança que “diz-se das pessoas e das coisas (há segurança quando não existe ou foram removidas as causas do perigo). Pode haver segurança e o homem não se sentir em seguridade” (Couto, 1988, p.70); e à Seguridade que “somente se diz das pessoas

⁵⁸ “Estado é uma sociedade organizada, de forma soberana, num território bem definido, gerida por um governo próprio, destinado a satisfazer as necessidades essenciais dos indivíduos e grupos que as compõem e que, em regra, evidenciam padrões culturais comuns, governo esse que detém o monopólio da força física” (Couto, 1988, p. 29).

(exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem, ou da opinião em que se está, de que não há perigo). Pode o homem sentir-se em seguridade quando, na realidade, a sua segurança está ameaçada (Percepção de segurança)” (Couto, 1988, p.70).

Poderemos, então, começar a conceptualizar a palavra que compõe o tema deste trabalho, o terrorismo, que, segundo o historiador Andrew Sinclair, terá a sua génese na palavra terror. Assim, o terror não tem limites, e este autor define-o como “um estado humano de medo induzido, mesmo quando é o Estado a induzir esse medo. É o que nos faz tremer a todos, mesmo sem massacres lentos, maciços e sem precedentes dos tempos modernos”. Enuncia dez princípios com base na história:

- “O terror como guerra por métodos extremistas” - neste campo, falamos de S. Tomás de Aquino e do conceito da guerra justa⁵⁹, até aos nossos dias em que os membros da *Al-Qaeda* capturados pelos Norte-americanos são considerados combatentes ilegais e, como tal, “mereciam todos os maus-tratos possíveis”;
- “O terror é o sangue que alimenta a tirania – ao não resistirmos aos políticos terroristas na fase inicial, permitimos que os Hitlers, os Hirohitos, os Estalines, os Maos e Pol Pots deste mundo matassem muitas dezenas de milhões de pessoas”;
- “O terror é a arma do marginalizado contra o opressor – enquanto houver miséria e repressão no mundo, o criminoso célebre será apelativo, mesmo com a sua crueldade”;
- “O terror é o assassinato a baixo preço – o baixo preço que é dado a uma vida humana que se tira, torna-se aterrador em algumas culturas;
- “O terror é chicotada nas costas do refugiado – a crueldade, ou o medo dela, obrigou dezenas de milhões de pessoas a refugiarem-se em acampamentos”, exemplo recente do Ruanda;
- “O terror é a vitória da minoria por métodos inconfessáveis” – as conspirações revolucionárias conseguiram muitas vezes vencer em grandes nações, exemplo disso são os Jacobinos, na Revolução Francesa;
- “O terror é a derrota da multidão pela cobardia – Até os tiranos vitoriosos como Hitler e Mussolini ficaram espantados com a ausência de resistência dos seus povos”;
- “Se estivermos aterrados, podemos vir a ser terríveis para aqueles que nos metem medo”;

⁵⁹ Abordaremos este tema no terceiro capítulo, espaço onde será desenvolvido.

- “O terror mede-se pela escala das suas vítimas, e não pelo mérito da causa – Só o número invulgar de baixas no coração do país fez com que os Estados Unidos desencadeassem uma guerra no Afeganistão e lançassem a primeira campanha internacional contra o terrorismo”;
- “Tolerar o terrorismo não é uma virtude – O lugar-comum de quem o terrorismo de hoje é um combatente da liberdade de amanhã não tem qualquer mérito... implicam o assassinio sem qualquer esperança de vitória”.

Este autor diz-nos também que “o terror acompanhar-nos-á sempre, porque existirá sempre um fosso injusto entre países ricos e pobres. A mão ávida da globalização sufocará as pequenas economias famintas. Contudo, hoje não há guerras justas para travar. Como muito bem disse o Primeiro-ministro israelita Ariel Sharon, ‘não há bom terrorismo nem mau terrorismo. Há apenas terrorismo’” (2005; 312-314).

No n.º 2 do artigo 6.º do CEDN é referido que “...O terrorismo, nas suas variadas formas, constitui uma grave ameaça à segurança e estabilidade internacionais, ao sistema de Estados e à sua autoridade, aos valores humanistas e aos princípios das sociedades livres, bem como ao espaço territorial, atingível, em qualquer parte ou momento, através de meios extremos e variáveis...”.

Existem diversas definições adoptadas pelas mais díspares organizações de renome internacional, nas quais Portugal está integrado (NATO, UE), pelo que gostaria de adoptar para este estudo o conceito NATO, que está patente no MC472, “a utilização ilegal de força ou de violência planeada contra pessoas ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos”.

Passemos agora ao enquadramento tipológico da palavra terrorismo. Assim, temos o terrorismo interno/nacional/doméstico, que podemos definir como as acções praticadas por “um grupo interno/nacional/doméstico que opera dentro dos limites de um único Estado e que se assume como um movimento interno, normalmente de natureza subversiva e independentista” (Joint Pub 3-07.2, 1998: p II-6). O terrorismo internacional, que entendemos como acções praticadas por grupos “que operam num ou mais Estados”, e que é “normalmente controlado ou recebe orientação de um Estado estrangeiro soberano e tem quase sempre uma forte convicção ideológica, política ou religiosa” (Joint Pub 3-07.2, 1998: p II-6). E, mais recentemente, o terrorismo transnacional, já definido.

Importa também referir que existem Grupos terroristas de ideologia não religiosa, que são grupos que praticam “actos de violência selectiva e discriminada, procurando obter o mínimo número de vítimas por forma a alcançar a atenção necessária, por um lado, para evitar reacções das Forças de Segurança (FS) que possam ameaçar a organização, por outro, para manter a aparência de grupo racional com reivindicações legítimas. Ao limitar os ataques, reduzem o risco de “minar” os apoios políticos, logísticos e económicos externos” (Joint Pub 3-07.2, 1998: p II-6). Existem também grupos terroristas com ideologia religiosa que “procuram infligir o máximo número de vítimas possível. Fruto do quadro apocalíptico de referência, que usam, a vida torna-se irrelevante, e quanto mais melhor. Desta forma, os não crentes, independentemente se são ou não danos colaterais, merecem a morte⁶⁰, e matá-los é considerado um dever moral. Pretendem essencialmente, uma reacção exacerbada por parte dos seus inimigos” (Joint Pub 3-07.2, 1998: p II-6).

⁶⁰ A desumanização da vítima.